

Brasília

em debate

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan - Ano 2014 - Nº 7 - julho

Brasília, a grande campeã da Copa das Copas

Goiânia-Anápolis-Brasília: eixo de desenvolvimento

**Geo Serviço, a nova ferramenta de
dados espaciais da Codeplan**



Entrevista Especial - Alberto Carlos Almeida

Autor do best-seller "A Cabeça do Brasileiro"
fala sobre o legado da Copa do Mundo no Brasil



COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

MISSÃO

A Codeplan tem a missão de apoiar o Governo do Distrito Federal nas atividades de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamentais e melhoria contínua da qualidade de vida da população do Distrito Federal e sua região de influência.

Brasília em debate - Ano 2014 - nº 7 - julho
1. Economia - Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)
ISSN - 2316-820X

Índice

Apresentação	4
Carta ao Leitor	5
Entrevista Especial - Alberto Carlos Almeida	7
Brasília, o gol de placa na Copa das Copas Deborah Andrade	9
Valor e custo da Copa para o Brasil José Carlos Peliano	13
Idecon-DF Sandra Regina	20
A Política Nacional de Geoinformação frente a novos tempos, um novo marco legal Cárita da Silva Sampaio, Diego Moreira Carvalho e Moema José de Carvalho Augusto	21
Geo Serviço Deborah Andrade	25
Aspectos sociodemográficos e situações de violência contra idosos do Paranoá - DF Andréa Mathes e Leides Barroso Azevedo Moura	27
Inflação Newton Marques	33
Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília Deborah Andrade	35
Balanco do 1º semestre traz números positivos para o Sebrae no DF Célia Curto	39
Estudantes paulistas debatem Planejamento Urbano na Codeplan Deborah Andrade	41
Brasília sedia o XIX Encontro da Anipes	42

Brasília em debate

Julho
Ano 2014 - nº 7

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz - Governador

Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN

Paulo Antenor de Oliveira - Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL CODEPLAN

Júlio Miragaya - Presidente

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Júlio Miragaya - Diretor respondendo

Diretoria Administrativa e Financeira

Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Cargo vago

Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais

Maria da Glória Rincon Ferreira - Diretora

Secretaria Geral

Edivan Batista Carvalho - Secretário Geral

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Antenor de Oliveira

Júlio Miragaya

Oswaldo Russo

Aldo Paviani

Ana Maria Nogales

Décio Munhoz

Roberto Piscitelli

Jusçanio Souza

Iraci Peixoto

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Deborah Andrade

Jornalista Colaboradora

Valda Queiroz (Reg. Prof.: 426-DF)

Editoração eletrônica e capa

Maurício Suda

Fotografia

Toninho Leite

Apoio

Cleusa Rocha, Eliane Menezes, Laerte Gouveia,
Mauro Moncaio, Nilva Rios e Vânia Galvão

Estagiários

Júlio Poloni, Lígia Lira e Thayanne Tavares

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores

* Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Periodicidade: trimestral
Tiragem impressa: 2,5 mil exemplares; policromia; 44 páginas.
Versão online: www.codeplan.df.gov.br
ISSN 2316-820X
Impressão: Gráfica Saturno
Pré-Impressão: Colorpress

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CODEPLAN

SAM - Projeção H

CEP: 70.620-000 - Brasília - DF

Tel.: (0xx61) 3342-1021/1152

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

Apresentação

A 7ª edição da Revista Brasília em Debate está recheada de conteúdo interessante com abordagens e pontos de vista inteligentes.

Numa entrevista exclusiva, o cientista social Alberto Carlos Almeida, especialista em análise de mercado e autor do best-seller "A Cabeça do Brasileiro", traça um cenário do que representou o Mundial para o País e para Brasília.

Na reportagem "Brasília, o gol de placa na Copa da Copas", você vai ver que entre as 12 cidades-sede da Copa 2014, Brasília deu um show de organização e receptividade.

Quanto custou a Copa para o País? José Carlos Peliano, em seu artigo "Valor e custo da Copa para o Brasil", faz uma análise dos R\$ 24,5 bilhões investidos nas obras realizadas nas cidades-sede - infraestrutura urbana, serviços de mobilidade, telecomunicações e segurança.

Na página destinada ao Índice de Desenvolvimento Econômico (Idecon) do Distrito Federal, a economista Sandra Silva avalia por que a economia regional cresceu e quais setores foram responsáveis por este crescimento.

Você vai conhecer o Geo Serviço. Uma infraestrutura de dados geoespaciais criada pela Codeplan que oferece ao poder público e à sociedade em geral informações para a gestão de territórios.

A Política Nacional de Geoinformação frente a novos tempos é tema do artigo assinado por Cárta Sampaio, Diego Carvalho e Moema Augusto.

O artigo de Andréa Mathes e Leides Moura mostra que a violência contra idosos cresce com o preconceito social e o descaso com pessoas que têm mais de 60 anos. Os argumentos se baseiam em pesquisa sobre um quadro preocupante de agressões e maus-tratos.

A reportagem sobre o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília explica por que esta região, que é a terceira maior em população no Brasil e registra um PIB de R\$ 268 bilhões, tem tudo para ser protagonista no desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e do País, e agora está na pauta de prioridades dos governos do Distrito Federal e de Goiás.

O SEBRAEDF faz um balanço das atividades do primeiro semestre de 2014, com destaque para os mais de 7 mil atendimentos contabilizados e 669 pessoas formalizadas em 18 regiões administrativas do DF durante a 6ª Semana do Microempreendedor Individual (MEI).

Um projeto da Escola Comunitária de Campinas/SP traz 100 estudantes a Brasília para conhecer de perto e debater a Gestão Pública e Planejamento Urbano.

Boa leitura.

O Brasil sediou, este ano, a 20ª Copa do Mundo de Futebol Masculino. Este é o maior evento esportivo do planeta, se equiparando apenas com os Jogos Olímpicos. Durante 30 dias, cerca de 3,5 bilhões de pessoas, simplesmente a metade da população mundial, viveram as emoções do futebol. Dezenas de milhões de brasileiros e quase 1 milhão de estrangeiros, movimentaram bilhões de reais no País.

Entre as 12 cidades-sede, Brasília realizou sete jogos. A Capital Federal recebeu, segundo a Secretaria de Turismo/DF, 633 mil turistas - 490 mil brasileiros e 143 mil estrangeiros, números maiores que o previsto. Estima-se que mais de 80% dos brasilienses assistiram aos jogos da Copa, seja no estádio seja pela TV. As ruas e quadras da cidade ficaram tomadas de verde e amarelo – asfalto, janelas e carros, com aprovação da maioria da população.

O Estádio Nacional Mané Garrincha recebeu, ao todo, 478 mil torcedores – 150 mil brasilienses e o restante, turistas nacionais e estrangeiros, o 2º maior público, superado apenas pelo Maracanã no Rio de Janeiro. Fora do estádio, a vibração ficou nos lares, nos bares e restaurantes e na Fan Fest em Taguatinga (350 mil pessoas em todos os jogos). O transporte público foi o preferido para acesso ao Mané Garrincha, e não deixou a desejar. A economia local girou fortemente em torno do setor hoteleiro, venda de bebidas, televisores, tablets e acesso a TV por assinatura. Evidente que outros segmentos foram relativamente prejudicados pelos “feriados”. Mas o maior ganho, sem dúvida, foi a enorme exposição de Brasília no Brasil e no Mundo.

A realização da Copa no Brasil, como é natural em regimes democráticos, suscitou grande polêmica, desde a oportunidade de sua realização até os impactos dela resultantes. A população em geral, no período que antecedeu o Mundial, certamente influenciada pela cobertura negativa da grande mídia, manifestava ceticismo em relação ao sucesso do evento e aos benefícios que poderia trazer. A partir do início do Mundial, com a população observando o que de fato acontecia, a Copa passou a ter um alto grau de aprovação e o povo mostrou-se convicto de que nosso País e nossa cidade estavam devidamente preparados para realizar o evento. Entre os benefícios destacam-se o grande fluxo de turistas e a exposição positiva do País e da Capital, houve também a geração de empregos e a melhoria do transporte público.

À medida que crescia a aprovação à Copa no Brasil, decrescia o apoio às manifestações organizadas contra a

Copa. Em relação à construção e a reforma dos estádios, mesmo com o sucesso do evento, uma parcela importante da população ainda vê esta questão de forma crítica, embora em relação à construção do Estádio Nacional Mané Garrincha, haja uma nítida maioria favorável.

Uma das maiores controvérsias quanto à realização da Copa no Brasil e em Brasília foi a de que os gastos afetariam os investimentos públicos, notadamente nas áreas de saúde e educação, em boa parte em face de informações absolutamente deturpadas emitidas pela mídia. Com os esclarecimentos prestados pelos governos, tal percepção foi amplamente desmontada. De forma que, transcorridas poucas semanas do fim do evento, com o surgimento dos números precisos e os balanços setoriais, constata-se um elevado grau de aprovação da Copa no Brasil e em Brasília.

Em suma, durante os meses que antecederam a Copa, foi grande o volume de informações, questionamentos e dúvidas sobre a real capacidade do País e de Brasília realizarem a contento o evento. É provável que tantas indagações tenham influenciado a opinião de boa parte das pessoas em relação ao fato de a cidade (e o País) estarem preparados para receber o evento.

Passados alguns dias do início da Copa, tamanho ceticismo não se confirmou. Não houve caos algum e as coisas funcionaram perfeitamente: o Estádio Nacional Mané Garrincha recebeu 478 mil pessoas nos jogos, sem qualquer incidente; o funcionamento do aeroporto Juscelino Kubitschek foi excelente; os meios de transportes idem; a rede hoteleira, bares, restaurantes e os postos de atendimento aos turistas atenderam bem aos milhares de visitantes estrangeiros e de outros estados. A segurança pública não registrou uma única ocorrência grave. Nas demais 11 cidades do País o quadro foi semelhante.

A maior comprovação do sucesso na organização da Copa, além do clima festivo da cidade, foi o “desaparecimento” daqueles que prognosticaram o caos aéreo, o colapso da mobilidade urbana e as ruas tomadas por milhares de manifestantes.

Júlio Miragaya
Presidente da Codeplan

Atendimento ao Cidadão

Pela Central de Relacionamento do GDF, você obtém informações, orientações, dá sugestões e pode fazer reclamações sobre serviços prestados pelo GDF.

A ligação é gratuita!

156	Opção 1	Violação de direitos, trabalho infantil, exploração sexual, Bolsa Família, população de rua - Sedest
	Opção 2	Telematrícula (*), Ensino de Jovens e Adultos, DF Alfabetizado - Secretaria de Educação
	Opção 3	IPTU, IPVA, Nota Legal - Secretaria de Fazenda
	Opção 4	Horários e itinerários de ônibus, Integração, Passe livre - DF Trans (*)
	Opção 5	Programas habitacionais, análise de crédito, documentação para regularização de lote - CODHAB
	Opção 6	Combate à Violência Contra a Mulher
	Opção 7	Disque Racismo - Casos discriminatórios étnico-raciais
	Opção 8 sub opção 4	Inscrição e agendamento para efetivação de matrícula nos cursos do programa Fábrica Social
160	Opção 1	Disque Saúde - Ouvidoria da Secretaria de Saúde
	Opção 2	Agendamento e solicitação de doação de sangue - Fundação Hemocentro de Brasília
	Opção 3	Farmácia Ambulatorial Especializada - Agendamento para retirada de medicamentos
	Opção 4	Doação de leite materno - Banco de Leite Humano, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
162		Reclamações, elogios, sugestões e solicitações - Ouvidoria do GDF (*)
192		SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atende às solicitações telefônicas de urgência da população (24 horas)
0800-644-9060		Combate à Corrupção - Registro de denúncias de irregularidades em contratos e licitações

Horário de funcionamento (exceto SAMU)

Segunda à sexta-feira: 7h às 21h

Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

(*) Segunda à sexta-feira: 7h às 19h

O legado da Copa do Mundo 2014

O autor do best-seller “A Cabeça do Brasileiro” acha que a realização da Copa foi ótima para o Brasil e para a Capital Federal e explica por que o legado é positivo.

Doutor em Ciências Sociais pelo IUPERJ, diretor do Instituto Análise, colunista do jornal Valor Econômico, escritor, autor do best-seller “A Cabeça do Brasileiro”, Alberto Carlos Almeida falou à Brasília em Debate com exclusividade para esta edição.

BD - A organização da Copa foi elogiada pelo mundo inteiro. Por que havia tanto ceticismo no País em relação à capacidade do Brasil de realizá-la com sucesso?

Alberto Carlos Almeida - Este ceticismo é uma visão muito arraigada, a visão de um complexo de inferioridade. É algo que não se aplica somente à Copa não. A gente tem esta visão do nosso sistema político, temos uma visão negativa da nossa economia... Nós temos uma economia industrializada super complexa, um PIB bastante elevado mas muito pouco reconhecido, as pessoas não reconhecem isso. Então, o que aconteceu com relação à Copa é uma extensão do que acontece com outras áreas no País.

BD - É a expressão do complexo de vira-lata do brasileiro?

Alberto Carlos Almeida - É. Esta expressão foi cunhada originalmente pelo Nelson Rodrigues, que dizia que o brasileiro cuspiam em sua própria imagem. Em plena Copa do Mundo foi interessante ver a visão dos estrangeiros. E quando um estrangeiro aprovava o Brasil, o pessoal dizia “ah, então, o Brasil é bom”. Aqui, se um brasileiro aprova o Brasil, é “esquisito, tá defendendo o governo...”, coisas deste tipo. Se é um estrangeiro, “é bom mesmo”.

BD - Quando o assunto é futebol, o complexo de vira-lata se inverte...

Alberto Carlos Almeida - Aí, é porque o Brasil é vencedor várias vezes, e isso é relevante.

BD - O senhor defende que o Brasil pleiteie sediar uma terceira Copa já para os próximos anos. Por quê?

Alberto Carlos Almeida - Porque foi um sucesso, este é o grande motivo. Têm países que demoraram muito para



sediar uma Copa mais de uma vez. O que demorou menos foi o México que levou 16 anos. Têm casos, como o da Alemanha, que entre sediar uma e outra Copa foram 32 anos (1974-2006). Então, o Brasil tem total condição, tem um futebol muito bem aprovado, tem que preservar a memória disso e ir adiante.

BD - Nas últimas décadas, o faturamento do futebol no Brasil cresceu exponencialmente. Muitos analistas afirmam que esta renda não tem o destino mais correto, que é apropriada por dirigentes, empresários, patrocinadores e alguns jogadores. Houve uma excessiva mercantilização do futebol?

Alberto Carlos Almeida - Isso é geral no mundo. Temos esta concentração de renda não só no futebol. No futebol também. Se você pegar como funciona o futebol na Espanha, na própria Alemanha, vai ver que esta concentração de renda é um fato.

BD - Mas nesses países a presença do público nos estádios é muito maior. No Brasil, o que se vê é um afastamento da massa torcedora, uma elitização das arquibancadas, principalmente nos campeonatos regionais. Isso não é ruim para o futebol?

Alberto Carlos Almeida - Isso é ruim. É necessário se estudar o que pode ser feito para reverter essa situação. Outros países já passaram por isso, provavelmente. E não

precisamos formar público porque o público já está formado. O que é necessário é levá-lo aos estádios. Os novos estádios vão facilitar esse acesso porque estão mais confortáveis. Agora, temos que descobrir que iniciativas podem ser tomadas para colocar o torcedor no estádio. Temos que incentivar os programas “sócio torcedor”, ter preços de ingressos acessíveis, ver o que os outros fizeram e deu certo e adaptar para as nossas condições.

BD - Há um bom saldo da Copa do ponto de vista econômico?

Alberto Carlos Almeida - Isso não existe. Estudos mostram que não há grandes impactos. Nosso PIB é muito grande e o fluxo de turistas não mexe nem uma vírgula no PIB. É mais um saldo de percepção nossa de que somos capazes.

BD - Com o sucesso da Copa, o Brasil pode vir a ser também uma referência mundial como sede de grandes eventos corporativos?

Alberto Carlos Almeida - Acho que sim, não tenho a menor dúvida disso, mas acho que o mais importante, o legado mais importante, é saber que somos capazes de organizar eventos internacionais de grande porte, e as Olimpíadas vão confirmar esta capacidade. É importante que isso não seja esquecido. Devemos manter vivos a memória e os registros disso para não voltamos à visão super negativa do “não vai dar”.

BD - Do ponto de vista esportivo a Copa foi um sucesso?

Alberto Carlos Almeida - Os especialistas são unânimes em considerar que sim.

BD - Há quem diga que a Copa jogou para debaixo do tapete os problemas sociais. É possível que isto tenha acontecido?

Alberto Carlos Almeida - Não. Foi só um mês de evento. Um prazo curto onde o principal assunto foi a

Copa, e logo o país volta à vida normal. Rapidamente voltamos à vida normal.

“...o legado mais importante é saber que somos capazes de organizar eventos internacionais de grande porte, e as Olimpíadas vão confirmar esta capacidade.”

BD - É possível que a construção e reforma dos estádios tenham afetado a vida das populações das metrópoles brasileiras?

Alberto Carlos Almeida - De fato, foram drenados recursos de outras áreas para os estádios, mas o Brasil já estava há muito tempo precisando de estádios melhores e a Copa forçou que fossem reformados ou construídos. Agora é tentar aproveitar isto para melhorar o futebol brasileiro, aumentar o público, levar jogos que antes estavam centralizados na Região Sudeste para cidades como Cuiabá, Manaus, que agora têm bons estádios.

“O saldo para a Capital do País foi muito bom. Os brasileiros que vieram a Brasília foram aos jogos e visitaram a cidade.”

BD - A construção e reforma dos estádios valorizaram de alguma forma estes espaços nas cidades-sedes?

Alberto Carlos Almeida - Olha, isso não é o mais relevante. O mais relevante é melhorar o futebol como

entretenimento para os brasileiros. O futebol é importante para o País e ter estádios bons também.

BD - Os sete jogos disputados no estádio Mané Garrincha reuniram o segundo maior público da Copa, cerca de 480 mil pessoas. A Copa foi boa para Brasília?

Alberto Carlos Almeida - Foi bastante positiva. O saldo para a Capital do País foi muito bom. Os brasileiros que não conheciam Brasília foram aos jogos, visitaram a cidade, fizeram contato com a Capital Federal. Para o próprio morador de Brasília foi algo muito positivo, até para a sua autoestima e pelo fato de ter recebido bem os visitantes.

BD - Como analisa os apulpos, as vaias, à presidente no jogo de abertura?

Alberto Carlos Almeida - O frequentador de um jogo de Copa, dado o preço do ingresso, não é o eleitor da Dilma, é um eleitor da oposição. Então, os apulpos já eram esperados. Nelson Rodrigues já dizia: “No Brasil, até minuto de silêncio é vaiado” (inclusive escrevi um artigo que começa com esta frase). Vaia faz parte do jogo, da disputa, da brincadeira, não tem mistério com relação a isso.

BD - O resultado ruim no campo pode influenciar no resultado eleitoral?

Alberto Carlos Almeida - Não. Acho que não influencia, não.

BD - Então, no geral, a realização da Copa foi boa para o Brasil?

Alberto Carlos Almeida - Acho que foi ótima, excelente. E as Olimpíadas tendem a ser semelhantes. Não representam o esporte mais popular do mundo, mas acho que serão um sucesso, e o Brasil vai mostrar que nós somos capazes de organizar tanto uma Copa como uma Olimpíada.

Brasília, o gol de placa na Copa das Copas

Da receptividade aos visitantes à infraestrutura urbana, a Capital Federal se destacou entre as sedes dos jogos no Brasil

(*) Deborah Andrade



A Capital se vestiu de verde e amarelo e deu um show à parte na Copa do Mundo de 2014.

Foto: GOVBR

David Ranc, um especialista francês em esportes e relações internacionais, afirmou à imprensa francesa que a Copa do Mundo no Brasil foi mais bem organizada que a Olimpíada de Londres de 2012. O pesquisador faz parte do projeto “Pesquisa em Futebol em uma Europa Expandida” (Free, na sigla em inglês), um consórcio que reúne universidades de vários países da União Europeia e da Turquia. Para Ranc, o grande número de reportagens negativas e críticas feitas antes do início da Copa são fruto de racismo e preconceito contra países do Hemisfério Sul.

A voz do especialista faz coro com a quase unanimidade mundial: a nossa Copa foi um sucesso.

É certo que a Copa do Mundo 2014 vai ser lembrada pelo colossal “chocolate” da Alemanha sobre a seleção brasileira (os 7 x 1 ainda doem, não é mesmo leitor?). Mas também é certo que o Brasil será eternamente louvado, aqui e no resto do mundo, por ter realizado “A Copa das Copas”. O futebol canarinho decepcionou, a Nação não, e muito menos a Capital do País. Entre as 12 sedes do

mundial, e se analisarmos todos os aspectos que envolvem o receptivo de um evento desta envergadura, Brasília foi a grande campeã. O segundo maior estádio do Brasil; pontos turísticos, monumentos e uma arquitetura exuberantes; um clima ameno; um céu cantado e decantado em prosa, poesia e música; mobilidade e segurança nas ruas; tudo encantou a todos, especialmente aos turistas estrangeiros.

O esforço para sediar sete jogos da Copa rendeu para a Capital um aeroporto ampliado e mais moderno, novas vias para o trânsito dentro e fora do Plano Piloto, uma rede hoteleira mais acessível e confortável, uma eficiente frota de táxis. Mas o melhor ficou por conta do povo. Alegres e receptivos, os brasilienses foram pródigos com os visitantes em hospitalidade e gentileza. Brasília foi mesmo o gol de placa da Copa 2014.

O Mané faz bonito na Copa - Jérôme Valcke, secretário geral da FIFA, se rendeu ao Estádio Nacional: "O Mané Garrincha é um dos meus preferidos. Até melhor que muito estádio europeu. É bonito, excelente, por dentro e por fora." Com um investimento de cerca de R\$ 1,5 bilhão, a arena brasiliense, com capacidade para 69.349 espectadores e 12 mil vagas de estacionamento, foi construída numa engenharia baseada na sustentabilidade. Sua cobertura funciona como ponto de captação de energia solar e de água, que é armazenada em reservatórios com capacidade para até 10,5 milhões de litros. O Estádio Nacional Mané Garrincha pode vir a ser o primeiro estádio a receber o selo LEED

Platinum, um dos mais importantes do segmento no mundo. Outro diferencial foi a localização do estádio ao lado do Eixo Monumental, uma das principais vias de Brasília, próxima a alguns dos ícones turísticos da cidade, como a Torre de TV e o Memorial JK. A curta distância para os setores hoteleiros Norte e Sul - cerca de 3 quilômetros, também facilitou o acesso dos turistas.



Fan Fest, o "point" - Para quem não foi ao Estádio, a Fan Fest foi comprovadamente a alternativa. Cerca de 350 mil pessoas estiveram na Arena do Taguaparque, numa área que concentra mais da metade da população do Distrito Federal - Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras, Guará e regiões vizinhas.

O enorme telão instalado a 21 metros do chão - altura equivalente a um prédio de sete andares, compôs a estrutura da Fan Fest que teve sala de imprensa, 124 banheiros, segurança ostensiva, estrutura para pessoas com deficiências, cadeirantes e outros com mobilidade reduzida - rampas de acesso, 24 banheiros adaptados, 35 vagas reservadas no estacionamento e intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para informações gerais.



Em Taguatinga, alegria rimou mesmo com democracia. Num misto de futebol e música, com a transmissão de todos os jogos e cerca de 60 shows, a Fan Fest Brasília trouxe

bandas e cantores de renome nacional e fez o público literalmente sair do chão. Moradores e turistas, brasileiros e estrangeiros de todas as partes do mundo, interagiram durante um mês num grande intercâmbio social e cultural. Para o diretor-executivo da orquestra Sinfônica de Brasília, Marconi Scarinci, tudo foi de alta qualidade – da iluminação à organização: “Nem precisamos passar o som. Mas o que mais gostei, além da parte técnica, foi a iniciativa do Fan Fest de trazer a música erudita para esta grande festa popular”.

Um fluxo turístico expressivo para a economia local - Brasília recebeu 633 mil turistas (143 mil estrangeiros) entre 10 de junho e 13 de julho, e o público total no estádio foi de 478.218 torcedores, segundo balanço da equipe de ministros da Presidência da República. O Mané Garrincha teve o segundo maior público acumulado entre as arenas do Mundial. A média foi de 68,3 mil espectadores por partida. Levantamento da Secretaria de Turismo do Distrito Federal apontou que o tempo médio de permanência dos turistas em Brasília foi de três a quatro dias. Mais de 14 mil pessoas de 42 países visitaram os 21 Centros de Atendimento ao Turista nas duas primeiras semanas da Copa. Pelos dados governamentais, cada visitante gastou cerca de R\$ 400 por dia com hospedagem, alimentação e transporte. Num cálculo geral, os turistas deixaram, pelo menos, R\$ 1,4 bilhão na cidade, computando-se os valores gastos em despesas diárias e no estádio nos dias de jogos.

A tecnologia a favor da informação - A Copa do Mundo também ficará marcada pela tecnologia da informação. Cerca de 8 milhões de fotos foram enviadas pelo celular durante os jogos no Estádio Mané Garrincha, numa média de 16,7 imagens por torcedor, só perdendo para os 10,5 milhões registrados no Maracanã na final Alemanha x Argentina (Fonte: SindiTelebrasil).

Jornalistas estrangeiros descobrem Brasília - 1.430 profissionais, entre nacionais e estrangeiros, foram recebidos no Centro Aberto de Mídia (CAM) de Brasília

para a cobertura da Copa do Mundo. Munidos de câmeras, gravadores e microfones, os profissionais, além de divulgar os jogos, mostraram para o mundo as belezas da Capital do País. Destinado, com acesso livre, a todas as equipes de

“É de fato uma cidade muito bonita, diferente e interessante”.

Comentário sobre Brasília de David Waldstein, jornalista do New York Times.

jornalismo, credenciadas ou não pela FIFA, e montado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em frente ao estádio, o CAM disponibilizou 84 estações de trabalho on line, TVs, computadores e alimentação. O subeditor de esportes da Agência Reuters, o irlandês Patrick Johnston, trabalhou no CAM, assistiu aos jogos pelas TVs instaladas no local e, surpreso com a estrutura encontrada, declarou: “Foi muito importante oferecer este espaço para que pudéssemos trabalhar. Espero poder contar com essas condições na Rússia e no Catar”, disse, referindo-se aos próximos países sede da competição. Depois de conhecer o conceito urbanístico da Capital em visita guiada com outros sete jornalistas, David Waldstein, do The New York Times, escreveu sobre Brasília: “É de fato uma cidade muito bonita, diferente e interessante”.

Uma pesquisa realizada pelo UOL Esporte, comprovou a satisfação dos jornalistas estrangeiros com a Copa do Mundo. Foram entrevistados 117 profissionais na primeira fase e 38,5% consideraram o Mundial brasileiro como o melhor. A Copa do Mundo de 2006, realizada pela



Escadarias da Rodoviária do Plano Piloto viraram arquibancadas populares para alegria da galera.

Alemanha, aparece na segunda posição com 19,7%. O torneio organizado na África do Sul, em 2010, ficou em terceiro lugar com 5,1%.

Segurança ostensiva e eficiente - Em todo o País, foram instalados 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regional (CICCR). O de Brasília teve um investimento de cerca de R\$ 160 milhões em segurança - aquisição de equipamentos de inteligência, tecnologia e atuação operacional das forças policiais. A operação de Segurança Pública nos dias de jogos contou com 3.488 policiais militares, civis, federais, bombeiros, auditores de trânsito e equipes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), no interior e nos arredores do estádio, todos profissionais treinados dentro de um protocolo estratégico de ações. Na Fan Fest foram 1.404 policiais por dia. Operações da Polícia Civil do Distrito Federal resultaram na prisão de 18 brasileiros e 18 estrangeiros, autuados por venda ilegal de ingressos - 725 tíquetes apreendidos. A ocorrência mais grave registrada foi no Estádio Nacional Mané Garrincha. Dois argentinos foram acusados de agredir dois brasileiros durante o jogo entre Argentina e Bélgica. Uma das vítimas teve lesão em um dos olhos e escoriações pelo rosto, mas não chegou a ficar hospitalizada.

O vai e vem de gente - Em relação à mobilidade urbana, não houve dificuldade em se chegar à arena. O Metrô registrou um aumento de 30% no número de usuários nos dias de jogos. O transporte público foi a melhor opção de acesso ao estádio. Em média, 40 mil pessoas foram transportadas por dia, segundo a Secretaria

“O Mané Garrincha é um dos meus preferidos. Até melhor que muito estádio europeu. É bonito, excelente, por dentro e por fora.”

Jérôme Valcke - Secretário geral da FIFA

de Transportes. Linhas de ônibus convencionais funcionaram normalmente, e linhas especiais sem cobrança de tarifa facilitaram o acesso ao Mané Garrincha. Motoristas que estacionaram os veículos no Parque da Cidade utilizaram os ônibus com parada próxima ao estádio. No penúltimo jogo em Brasília - Argentina x Bélgica, os rodoviários fizeram greve mas, de acordo com a Coordenadoria de Comunicação para a Copa, isso não

prejudicou a operação, pois o plano emergencial garantiu a oferta de ônibus.

O movimento no aeroporto também refletiu a preferência dos turistas por Brasília. De acordo com dados da Inframérica, concessionária que administra o Aeroporto JK, 56 mil passageiros passaram pelo terminal nos dias de jogos, um aumento de 7% no número de voos em relação ao mesmo período do ano passado. Nos primeiros 15 dias de Copa, o Aeroporto Internacional de Brasília recebeu 900 mil pessoas e teve 414 voos extras.



Hotelaria - Apesar dos números não agradarem o setor hoteleiro brasileiro, que esperava superlotação da rede - a ocupação ficou em cerca de 65%, o turista não reclamou. Preferiu diminuir o custo com alimentação e hospedagem e ficar em locais mais simples. Foram disponibilizados 75 mil leitos na hotelaria convencional e 2,2 mil em hospedagem alternativa, como campings e albergues, e o governo ainda reservou um espaço de acampamento no Parque de Exposições Granja do Torto.

Um legado, um futuro - Para o secretário Extraordinário da Copa para o Distrito Federal, Claudio Monteiro, o legado é positivo: “A cidade soube aproveitar a oportunidade, a exposição para o mundo inteiro. Primeiro na Copa das Confederações e agora na Copa do Mundo. E o uso do estádio continua a pleno vapor. Há a previsão de ali se instalem academias, lojas, agências bancárias, bares e restaurantes. Temos uma agenda com diversos jogos e shows. O brasileiro não vai mais precisar sair daqui para ver grandes espetáculos. Claro que a Copa não tem condições de resolver os problemas da saúde, da educação, mas ajudou a mostrar que temos problemas como todos os países do mundo e estamos trabalhando para resolvê-los.”

(*) *Deborah Andrade* - Jornalista e Chefe da Assessoria de Comunicação - Codeplan
Fotos: Agência Brasil, ComCopa e EBC

Valor e custo da Copa para o Brasil

(*) José Carlos Peliano

A escolha do Brasil para sede da Copa de 2014 no foro dos 209 países e territórios membros participantes da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) credenciou o País para a realização do maior evento futebolístico do esporte coletivo mais popular do mundo.

A recepção das 32 delegações de países de todos os continentes, além do contingente de torcedores e turistas que para cá acorreram, levou ao investimento na recuperação e reconstrução de estádios (arenas), vias de acesso, outros equipamentos urbanos essenciais no entorno dos centros esportivos, melhoria e adequação de hotéis, restaurantes, casas de shows e demais pontos turísticos, restauração e ampliação de portos e aeroportos.

Os recursos públicos envolvidos nessas ações e atividades chegaram até o início da Copa, junho de 2014, a um total contratado de R\$ 24,5 bilhões¹. Este valor foi repassado tanto pelo governo federal quanto pelos governos estaduais e municipais que sediaram os jogos da Copa, incluídos financiamentos de bancos públicos (CEF, BNDES, BB, BNB e Banrisul), os quais atingiram o montante de R\$ 8,3 bilhões. O total executado, isto é, os recursos efetivamente gastos atingiram R\$ 17,0 bilhões, ficando a diferença de R\$ 7,5 bilhões para ser realizada no restante das obras.

Oportunidade de sediar a Copa

A realização dos jogos da Copa significou antes de mais nada a ampliação da visibilidade do País para o mundo. O Brasil em muitos lugares é conhecido apenas como país do futebol, do carnaval e de praias que se estendem por toda a costa leste brasileira. Muitos estrangeiros ainda acham que Buenos Aires é nossa



Estádio Nacional Mané Garrincha (Brasília/DF) - R\$ 1,4 bilhão

Capital. A Copa permitiu que se conhecesse mais e melhor nosso território, a diversidade de clima, topografia e biodiversidade, a diferenciação dos tipos de nossa gente e as riquezas natural e cultural, distintas do norte ao sul, do leste ao oeste, passando pelo centro-oeste.

A chegada dos turistas estrangeiros foi benéfica não só para que eles tivessem contato direto com a realidade brasileira, conhecendo usos e costumes e desfrutando da nossa receptividade, cordialidade e hospitalidade, como também para usufruir da infraestrutura urbana existente, ampliada, renovada e adaptada para oferecer serviços de alto padrão e qualidade.

Por tudo isso, puderam os visitantes gastar mais em turismo, serviços, souvenirs e artigos de uso pessoal. A previsão de aumento de receita propiciada por esses gastos supera a obtida na Copa das Confederações de 2013, realizada aqui, com quatro vezes menos jogos e seleções. O total deverá atingir cerca de R\$ 11 bilhões². Até que a prestação de contas da Copa seja feita, espere-se que o montante movimentado alcance a cifra de R\$ 30 bilhões.

⁽¹⁾ Fontes: Portal da Transparência, Controladoria Geral da União; Copa Transparente, Senado Federal.

⁽²⁾ Segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP) e Ministério do Turismo.

Levando em conta a visibilidade do País no mundo, a qualidade do evento³, a boa organização, o baixo índice de problemas, a afluência considerável de torcedores e turistas, a interação entre delegações e comunidade, elogios da mídia estrangeira, entre outros, pode-se dizer que a Copa de 2014 no Brasil atingiu um valor inestimável e incalculável.

As preocupações sobre a realização da Copa

Desde a escolha da sede da Copa no Brasil até sua realização em junho de 2014 houve manifestações contra a oportunidade, a necessidade e a magnitude do evento. A insatisfação chegou às ruas, de início localizada e pontual, espalhando-se após por outras cidades. O estopim foi São Paulo, capital, contra o valor das tarifas dos ônibus urbanos. Desde então, foram adicionadas outras bandeiras como a alta dos preços, o atendimento dos serviços de saúde e a qualidade da educação. A bandeira principal, no entanto, foi a realização da Copa, cujos gastos previstos, considerados excessivos, foram contrapostos àqueles da área social.

A grande mídia, escrita, falada e televisada, pegou carona nos acontecimentos, de início contra os abusos cometidos pelas próprias manifestações, depois de maneira oportunista engordando os blocos dos indignados contra a Copa e, por extensão, governo federal e Fifa.

Quanto custou a Copa para o país?

A resposta a essa pergunta começa pelo levantamento dos investimentos realizados para adequar os 12 estádios-sede dos jogos, bem como a infraestrutura urbana e demais serviços de mobilidade, além de telecomunicações e segurança.

As preocupações chegaram ao Congresso Nacional onde partidos de oposição se colocaram contrários ao evento, endossando a mídia e engrossando o bloco dos indignados. O peso político das críticas desfigurou, no entanto, o viés negativo dos comentários, embora sempre tivesse base em alguma informação objetiva, fosse dos custos, das licitações, das construções, e das previsões de estádios inacabados.

Pego de surpresa pelo vulto das manifestações, o governo federal procurou se preparar para o embate político ao responder às críticas impróprias, baseadas em ataques infundados. Com o Ministro dos Esportes à frente, o comando e a coordenação das ações da Copa se preparou para debater e se defender das acusações, além de passar a informar melhor à opinião pública o andamento dos trabalhos.

Uma das críticas que mais se solidificou entre as bandeiras das manifestações foi a que indicava que os recursos públicos aplicados na realização da Copa foram retirados de outras áreas do orçamento da União. Concentraram-se mais tarde nas rubricas de saúde e educação de um lado e transportes e segurança pública de outro.

A resposta dada pelo governo federal foi de que não houve retirada alguma de verbas das áreas sociais.

Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro/RJ) - R\$ 1,05 bilhão



³ Borden, Sam "At the World Cup, Domsday Predictions Give Way to Smaller Hiccups in Brazil", The New York Times, June 17, 2014; Flannery, Nathaniel "World Cup Economics: Why Brazil's Bashers Have Got it Wrong", Forbes, June 23, 2014.

Os recursos para a Copa teriam sido previstos no ano anterior, enquanto as verbas da área social, a despeito do evento, já vinham sendo acrescidas anualmente para cobrir seus projetos e atividades respectivas.

Ainda assim, réplicas e trélicas apresentadas pelo governo vieram de muitos exemplos sobre os avanços da área social. Em relação às verbas, os argumentos se concentraram no fato de ter sido o orçamento do Ministério da Educação aumentado de R\$ 86,2 bilhões em 2013 para R\$ 89,1 bilhões em 2014, enquanto o do Ministério da Saúde ter chegado a R\$ 106 bilhões em 2014 contra R\$ 99 bilhões em 2013.

Iniciativas foram contrapostas às bandeiras das manifestações, entre outras, o programa Mais Médicos e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), na saúde, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Universidade para Todos na educação (ProUni).

As manifestações adicionaram mais tarde a necessidade de os recursos para a área social seguirem o mesmo padrão de qualidade das obras dos estádios da Copa de acordo com os projetos aprovados e os volumes de recursos aplicados. O modelo teria de ser o “padrão Fifa”.

A temperatura política aumentou muito nos meses de junho ao final de 2013 para ir cedendo, mingando e se acomodando após em eventos esporádicos. O governo passou a se comunicar melhor com a população sobre as iniciativas nas áreas social e econômica que atingiam mais de perto a prestação de serviços públicos, a inflação e a segurança.

A Copa em andamento levou à redução das manifestações que se limitaram a eventos esparsos no entorno de alguns estádios. A empolgação pelo alto nível dos jogos e a torcida pela seleção nacional abrandaram o clima de antagonismo contra o evento. Mas somente o tempo dirá se a insatisfação geral se acomodou mesmo, ainda que latente, ou se deixou levar de vez pelo arrefecimento.

Investimentos para a realização da Copa

Quanto custou a Copa para o país? A resposta a essa pergunta começa pelo levantamento dos

investimentos realizados para adequar os 12 estádios-sede dos jogos, bem como a infraestrutura urbana e demais serviços de mobilidade, além de telecomunicações e segurança.

Até o final de junho de 2014, o total previsto de investimentos foi de R\$ 25,6 bilhões, contemplando 323 ações, contratados R\$ 24,5 bilhões e executados R\$ 17 bilhões. Os valores indicam que faltam serem terminadas as execuções correspondentes a 30% do total.

Em algumas capitais-sede dos jogos, prefeituras e governos estaduais se uniram e aproveitaram do conjunto



Arena de São Paulo (São Paulo/SP) - R\$ 820 milhões

de obras para a realização do evento, providenciando a execução de outras construções, há muito reclamadas pela comunidade, com relação à mobilidade urbana nos entornos adjacentes ao parque central dos empreendimentos da Copa. Nesses casos, o evento serviu para melhorar o quadro urbano e adaptá-lo melhor às necessidades, interesses e urgências da população.

A realização da Copa contou com ampla mobilização dos três níveis de governo na adaptação dos estádios para os jogos, dos centros de treinamento e da infraestrutura urbana para atender o fluxo intenso de torcedores e turistas, além dos moradores, em seus deslocamentos nas capitais e cidades próximas.

As principais áreas de atenção dos investimentos para a recepção do evento foram, de primeiro ciclo, estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos e de segundo e terceiro ciclos, segurança, telecomunicações e turismo. As áreas complementares cobriram energia, qualificação técnica e profissional e hotelaria.

Cálculo inicial indica que foram criados mais de 700 mil empregos permanentes e temporários, diretos e indiretos, para o cumprimento de todas as etapas de atividades relacionadas ao plano de mobilização da

Copa. Como as atividades que geraram esses empregos estavam vinculadas a outras tantas que as subsidiaram, pode-se imaginar que houve uma sinergia econômica salutar e positiva no complexo industrial, comercial e de serviços.

Na área de mobilidade urbana 45 obras deram conta de adequar o transporte coletivo, incluindo corredores e vias para ônibus; estações, terminais e equipamentos e centrais de controle de tráfego, e veículos leves sobre trilhos (VLT). Foram investidos R\$ 8 bilhões nas respectivas obras.

As remoções de famílias dos locais onde habitavam para serem levadas em frente as intervenções de mobilidade urbana na construção de estádios e novas vias de acesso ficaram por conta das prefeituras e/ou governos estaduais visando compensar e apoiar os atingidos.

Os investimentos em portos alcançaram perto de R\$ 600 milhões aplicados na melhoria e readequação dos terminais de Fortaleza, Natal, Manaus, Recife e Salvador, incluindo o cais de Santos.

Os aeroportos que tiveram suas administrações repassadas por concessões à iniciativa privada foram Brasília, Campinas, Guarulhos, São Gonçalo do Amarante, Galeão e Confins. Investimentos de R\$ 6,3 bilhões foram realizados para melhoria dos terminais de passageiros, pistas e pátios de estacionamento.

Adequações operacionais da administração aeroportuária tiveram igual prioridade nos aeroportos sujeitos ao fluxo intenso de torcedores e turistas. Um total de 21 projetos de reforma e construção de terminais de passageiros foram levados a termo, ampliando em 4/5 a capacidade de recepção de viajantes nos aeroportos da Copa

Diante do aumento considerável do fluxo de viajantes, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aumentou a malha aérea não só para oferecer um bom atendimento no transporte aéreo, mas também para redução das tarifas. Foram acrescentados perto de 2.000 novos voos no total em operação para cobrir o período de 6 de junho a 20 de julho de 2014.

Os serviços de telecomunicações tiveram um volume de recursos de R\$ 233 milhões da Telebrás para a expansão de sua rede de fibra ótica e R\$ 171 milhões da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para modernizar procedimentos operacionais e fiscalização. As 12 cidades-sede da Copa puderam receptionar a tecnologia móvel 4G, 10 vezes mais rápida.

Foram investidos quase R\$ 2 bilhões na modernização da infraestrutura em segurança a fim de

permitir maior controle de pontos de entrada no país, integração de instituições e sistemas da área, além de ações de contingência e defesa que estão servindo para o campeonato mundial de futebol, mas que permanecerão dando conta das operações da área por toda a extensão fronteiriça do território nacional.

Os estádios, as 12 arenas de capitais selecionadas, tiveram investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões cujos recursos vieram de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de fontes locais (estaduais e municipais) e privadas.

O custo da Copa pelo total dos recursos contratados de R\$ 24,4 bilhões representa 12% da soma dos orçamentos de saúde e educação em 2014. São gastos que reverterão boa parte deles em rendimentos futuros, como as rendas dos estádios, a arrecadação das tarifas portuárias e aeroportuárias, e o aumento do recolhimento de tributos pelo incremento do turismo. Além dos efeitos diretos e indiretos na economia. Custos que, na realidade, são investimentos.

O valor e o custo da Copa para o Brasil tiveram seu preço. Hoje ele começa a ser pago com os ganhos obtidos pela ocupação dos estádios, dos hotéis, dos restaurantes, do transporte e de casas de shows e entretenimento. Somam-se os impulsos dados à construção civil e setores industriais correlatos, bem como o comércio e serviços. A continuidade do pagamento vai depender da melhoria da estrutura e organização dos esportes brasileiros, a cargo das federações, clubes e atletas, para que as torcidas ocupem mais os estádios, apoiem seus times e incentivem a qualidade dos espetáculos.

O legado maior da Copa, porém, ficou com a grandeza e sucesso do evento que projetou o País para o mundo, levando-o a ser sério candidato a sediar outros eventos do gênero, sem falar das próximas Olimpíadas já no calendário esportivo. Cronistas esportivos, atletas e torcedores estrangeiros confirmaram a qualidade da organização, das arenas e do nível técnico dos jogos.

(*) *José Carlos Peliano* - Consultor econômico (PhD/Unicamp).
Pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de Campinas
Fotos e legendas: Portal da Copa - Governo Federal



CORECON ^{DF}

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Não quebre a corrente!

O Corecon-DF defende os interesses da categoria e trabalha pela valorização dos economistas.

Mas, para que esta luta seja bem-sucedida, é importante a participação de todos.

*Visite o seu Conselho. Critique.
Dê sugestões.*

*Participe!
A conquista é de todos.*

Conselho Regional de Economia da 11ª Região-DF
SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202
CEP 70300-907 - Brasília -DF
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429
3964-8366 / 3964-8368
Fax: (61) 3964-8364
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br



Publicações técnicas

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) coloca à disposição do público em geral suas publicações técnicas em formato digital. São estudos e pesquisas que traçam o perfil do Distrito Federal a partir das Regiões Administrativas e da sua Área Metropolitana. Essas publicações são um importante subsídio de dados e informações socioeconômicas e geográficas para o governo, gestores públicos, pesquisadores e cientistas, acadêmicos, estudantes e a sociedade em geral.

Acesse www.codeplan.df.gov.br



Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD
Instrumento de planejamento nas ações e tomadas de decisões governamentais nas 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal.



Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD - 2013
Pesquisa socioeconômica realizada nos 12 municípios da Área Metropolitana de Brasília.

Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 – PIB-DF
Apresentação de informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal



Diagnóstico Social do Distrito Federal - Pobreza, Educação e Saúde
Estudo sobre as três políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento social do Distrito Federal, inseridas no Plano Plurianual do Distrito Federal - 2015- 2012



Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON-DF
Permite o acompanhamento da atividade econômica local trimestralmente, constituindo-se em importante instrumento para subsidiar os planejamentos governamental e empresarial



Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal
Avaliação governamental que visa o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal

Evolução da Fecundidade no Distrito Federal entre 2000 e 2010
Aperfeiçoamento das ações dos gestores da administração com subsídio para as políticas públicas referentes a atual composição etária da população



Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal
Prioridade na mobilização da sociedade e do poder público na negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão à infância e adolescência



A Evolução da Mortalidade no Distrito Federal na Área Metropolitana de Brasília (AMIB) entre 2000 e 2010

Análise da evolução da mortalidade no Distrito Federal e na Área Metropolitana de Brasília – AMIB-, entre 2000 e 2010, segundo o Código Internacional de Doenças – CID- para conhecimento da sua similaridade e diferença



Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal

Informações disponíveis sobre o problema do trabalho infantil no Distrito Federal, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise do trabalho infantil compreendida aqui abarca estatísticas relacionadas a crianças e adolescentes em situação economicamente ativa, entre ocupados e em busca de ocupação



Perfil do Negro no Distrito Federal

Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento



Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-DF

Apresentação mensal do índice de emprego e desemprego no Distrito Federal

Perfil da População Idosa do Distrito Federal

Reflexão e subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa



As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Apresenta informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Distrito Federal, mostra a evolução da taxa de ocupação e da remuneração de mulheres e homens, de 2001 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Detalha esses indicadores por Região Administrativa em 2011, a partir dos dados da PDAD/Codeplan



Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal

Estudo revela motivos e panorama da migração de pessoas de outros Estados para o Distrito Federal.



Pesquisa de identificação e percepção social dos usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal

Traça o perfil dos usuários dos 13 restaurantes comunitários do Distrito Federal, bem como analisa a percepção social desses usuários sobre o serviço prestado em diversos aspectos

Demografia em foco 6 – A dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília – AMB entre 1991 e 2010

O estudo pretende analisar o fluxo migratório entre o Distrito Federal e Área Metropolitana de Brasília, avaliar a migração entre os municípios que a compõe e verificar a evolução desses movimentos, considerando os anos censitários de 1991, 2000 e 2010



Retrato da Classe C no Distrito Federal – nova classe média ou nova classe trabalhadora?

Trata da constituição da Classe C no Distrito Federal entre 2001 e 2011, abordando dinâmica populacional, educação, trabalho, condições de domicílio e hábitos de consumo, segundo dados da PNAD/IBGE, e especificidades das regiões administrativas, segundo a PDAD/Codeplan



Atividade econômica do DF cresceu 3,2% no 1º trimestre de 2014

(*) Sandra Regina Andrade Silva

A atividade econômica no DF cresceu 3,2% no 1º trimestre de 2014, na comparação com igual trimestre de 2013. Este resultado foi superior ao PIB trimestral do Brasil, que cresceu 1,9% no mesmo período, segundo o IBGE.

SERVIÇOS

Na estrutura do PIB-DF, o setor Serviços representa 93,3% de toda a atividade econômica. No 1º trimestre de 2014 cresceu 3,2% em relação ao mesmo período de 2013 e no Brasil 2,0%, segundo o IBGE.

O desempenho desse setor no DF pode ser corroborado pelas informações da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS/IBGE) que apurou alta nominal da receita de 19,1% em janeiro, 26,8% em fevereiro e 20,3% em março de 2014, frente aos mesmos meses de 2013, superiores às médias mensais do Brasil, de 9,3%, 10,3% e 6,8% nos mesmos períodos. O mercado de trabalho do DF gerou 8.294 empregos formais no 1º trimestre de 2014, sendo 6.920 no setor de serviços (83,4%), sem contabilizar os dados de comércio e administração pública (Caged/MTE).

A atividade de Serviços de Informação cresceu 4,9%, pouco acima da média nacional, 4,4%. O DF registrou a segunda maior variação da receita nominal nesse ramo nos meses de janeiro (13,8%), fevereiro (27,1%) e março (18,5%) de 2014, em relação aos mesmos meses de 2013, entre as 12 unidades da federação pesquisadas pela PMS/IBGE.

O Comércio cresceu 3,5% no DF e no Brasil, 2,2%. O volume de vendas do comércio varejista no DF subiu 3,1% no 1º trimestre do ano, ante ao crescimento de 1% no mesmo período de 2013. As liquidações promovidas pelos lojistas no início do ano contribuíram para esse resultado.

A Intermediação Financeira avançou 3,2% no DF e 2,6% no Brasil. Vale mencionar que o saldo total das operações de crédito no DF acumulou expansão nominal de janeiro a março, de 3,17%, 4,02% para pessoa jurídica e 2,45% para pessoa física. No Brasil, o crédito ampliou 2,48% em igual período (Banco Central do Brasil).

A atividade Administração, Saúde e Educação Públicas cresceu 2,7% na comparação com os primeiros trimestres de 2014 e 2013. No país, o IBGE apurou alta de 1,9%. Essa atividade responde por 54,7% da estrutura produtiva do DF e 58,6% do setor de Serviços, impactando significativamente no indicador geral, 1,5 p. p. dos 3,2 do índice geral do Distrito Federal.

O desempenho da atividade pública tem reflexo na aplicação dos recursos disponíveis para custear serviços públicos (despesas correntes) como contratação de pessoal ou para investir no desenvolvimento econômico da região (despesas de capital), como por exemplo, os gastos realizados para a Copa do Mundo 2014. A despesa de capital contribuiu para o incremento da capacidade produtiva. O GDF destinou 10,4% da despesa liquidada de janeiro a fevereiro de 2014 às despesas de capital, proporção maior que os 7,5% direcionados nos dois primeiros meses de 2013, conforme o Relatório Resumo da Execução Orçamentária SEF/DF. O pagamento da segunda parcela do reajuste salarial concedido aos servidores federais também influenciou a performance da Administração Pública.

INDÚSTRIA

A Indústria com peso de 6,4% no PIB local cresceu 2,0% no 1º trimestre de 2014, frente ao mesmo período de 2013. O Brasil cresceu 0,8%, segundo o IBGE.

A Indústria de Transformação representa 1,8% do PIB total do DF e cresceu 6,5%; no Brasil caiu 0,5%. De janeiro a fevereiro de 2014 o faturamento real da indústria no DF subiu 9,45% e o pessoal empregado 3,59%, ante os dois primeiros meses de 2013 (Fibra/DF). Os ramos de alimentos e edição e impressão tiveram melhor desempenho.

A Construção Civil participa com 3,9% do PIB local e recuou 0,7%; no Brasil retraiu 0,9%. O custo da construção em Brasília cresceu 7,1% em 12 meses (FGV), acima da inflação do DF no período, 6,06%.

AGROPECUÁRIA

O setor Agropecuário no DF responde por apenas 0,3% do PIB/DF e cresceu 14,6% no 1º trimestre de 2014, frente ao mesmo trimestre de 2013. No Brasil o setor cresceu 2,8%. No DF, o desempenho apurado deve-se à boa estimativa da produção anual de milho, de feijão e de soja, que devem crescer 71,4%, 75,2% e 41,9%, respectivamente, em relação a 2013 (LSPA/IBGE).

(*) Sandra Regina Andrade Silva - Economista e Coordenadora do Núcleo de Contas Regionais da Codeplan

Tabela 1 - Idecon-DF: Série de variações trimestrais dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo período do ano anterior - 1º Trimestre de 2012 ao 1º Trimestre de 2014

ATIVIDADES ECONÔMICAS	2012				2013				2014
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri
Agropecuária	0,8	4,6	-4,9	-2,5	2,5	-0,1	-4,6	4,7	14,6
Indústria	7,2	4,4	2,4	7,7	1,6	1,8	1,6	-1,1	2,0
Indústria de transformação	7,0	4,3	7,6	4,1	4,6	6,4	7,9	6,1	6,5
Construção civil	8,2	4,2	-1,1	9	-0,1	0,2	-0,9	-4,2	-0,7
Demais subsectores	2,6	5,2	7,4	10,8	5,3	1,0	1,9	0,1	4,7
Serviços	3,3	1,6	3,0	2,9	1,0	1,7	1,0	1,4	3,2
Comércio	4,5	3,2	8,4	2,5	1,5	3,0	0,8	4,6	3,5
Serviços de informação	8,2	8,4	7,3	6,1	9,5	7,0	5,8	4,7	4,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,9	1,6	-0,6	-3,3	0,3	2,9	-1,2	1,3	3,2
Administração, saúde e educação públicas	4,2	0,7	2,5	4,1	-0,3	0,4	0,5	0,2	2,7
Demais subsectores	2,3	2,8	3,4	2,1	3,6	3,4	2,8	3,2	4,5
Idecon-DF	3,6	1,8	2,9	3,2	1,0	1,7	1,0	1,3	3,2

Fonte: Codeplan

A Política Nacional de Geoinformação frente a novos tempos, um novo marco legal

(*) Cárita da Silva Sampaio
Diego Moreira Carvalho
Moema José de Carvalho Augusto

A cartografia sempre foi instrumento indispensável à estrutura organizacional e de planejamento da sociedade, impérios, nações e Estados Nacionais. Desde as sociedades primitivas e agrícolas, até o surgimento dos independentes Estados Nacionais, e nos dias de hoje, a cartografia exerce o papel de apoiar a execução de projetos e planos voltados à representação dos objetos e grandezas inerentes à superfície terrestre, oceanos e mares, à atmosfera e às relações socioeconômicas e humanas. Países desenvolvidos valorizam a prática do planejamento baseado em cartografia para a elaboração de políticas públicas relativas ao território, criando normas, padrões e legislações específicas para a produção e a disseminação de informações cartográficas.

No Brasil, a cartografia ganha importância nacional com a criação do Serviço Geográfico em 1890, inicialmente no Observatório do Rio de Janeiro, depois transferido para o Ministério do Exército. No início do século XX, o projeto Carta Geral do Brasil fomentou a necessidade de mapeamento do País para ações estratégicas de defesa e de infraestrutura com a criação da Comissão da Carta Geral do Brasil (BRASIL, 2014). Em 1920, uma missão austríaca trouxe definitivamente o conhecimento tecnológico acerca do levantamento topográfico e métodos estereofotogramétricos para capacitar o exército brasileiro nas técnicas de mapeamento mais modernas, à época. Mas somente em 1946 as atividades de produção cartográfica brasileira da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG) foram regulamentadas e definitivamente, estruturadas. A DSG, inicialmente instalada no Rio de Janeiro, foi transferida para o quartel general do exército em Brasília em 1972, onde permanece atualmente. Do ponto de vista histórico, a cartografia se materializava por meio da produção do mapeamento sistemático e reconhecimento do território brasileiro com o trabalho intensivo da DSG.

A preocupação de aprimorar o conhecimento do território nacional e promover a integração nacional também fomentou a criação, em 1937, do Conselho Nacional de Geografia (CNG), para além da atuação da DSG. O CNG tinha a missão de realizar trabalhos de cartografia necessários à área de estatística, entre outras ações. Um ano após sua criação, em 1938, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agrupando dois conselhos: o Nacional de Estatística (CNE) e o próprio CNG. O IBGE tem até hoje um ambiente multifacetado, sendo uma das poucas agências governamentais no mundo em que se operam várias etapas de reconhecimento territorial, associadas com informações estatísticas: complexa estrutura importante para o sistema nacional de informações. A partir dessas duas importantes estruturas governamentais, DSG e IBGE, a cartografia no Brasil se concretizou.

O IBGE é uma das poucas agências governamentais no mundo em que se operam várias etapas de reconhecimento territorial, associadas com informações estatísticas

Vale ressaltar que, em meados da década de 1940, ainda não existia um arcabouço legal que normatizasse a produção cartográfica com elementos que pudessem induzir o planejamento e a gestão dessa área do conhecimento. Com o fim do Estado Novo, uma nova perspectiva da regulamentação da cartografia ganhou fôlego.

A primeira organização jurídica do Sistema Cartográfico Nacional (SCN) constituiu-se pelo Decreto nº 9.210, de 29 de abril de 1946, com o objetivo de fixar normas para a uniformização da cartografia Brasileira. Posteriormente, surge o Decreto-Lei nº 200 e depois o Decreto-Lei nº 243, ambos de fevereiro de 1967. O Decreto-Lei nº 243, concebido fora do ambiente democrático, em plena ditadura militar, fixou as diretrizes e bases da cartografia brasileira, com a finalidade de atender aos “*reclamos do desenvolvimento econômico-social do País e da Segurança Nacional*”. O Decreto-Lei nº 243 e as leis nº 5.878/1973, nº 6.183/1974,

vigentes atualmente, são os principais instrumentos legais da cartografia nacional que regulamentam as ações na produção cartográfica do IBGE na condução e implementação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais e de parte das ações da DSG. Na Constituição de 1988 foram firmadas as obrigações da União para com as atividades cartográficas, que assim se encontram expressas no Artigo 21, “compete à União: inciso XV, organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional” e no Artigo 22, “compete privativamente à União legislar sobre: inciso XVIII, sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais”.

Organizacionalmente, o SCN tem como gestor o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), sendo a Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) sua instância assessora na coordenação do sistema, presidida pela Secretaria de Planejamento e Investimentos do MP (SPI)¹. A CONCAR é um órgão colegiado consultivo e deliberativo dentro do MP. Atualmente é formada por representantes da administração pública (nos níveis federal e estadual) e de uma associação privada de empresas de aerolevantamento. É ainda o fórum oficial onde são debatidas as questões da cartografia nacional, como por exemplo, especificações e normas cartográficas.

Novo paradigma

Convém lembrar que, ao longo do tempo, o conceito de cartografia evoluiu, e em 1991, a Associação Internacional de Cartografia (ICA) apresentou uma nova definição, nos seguintes termos: “*Ciência que trata da organização, apresentação, comunicação e utilização da geoinformação, sob uma forma que pode ser visual, numérica ou tátil, incluindo todos os processos de elaboração, após a preparação dos dados, bem como o estudo e utilização dos mapas ou meios de representação*”.

em todas as suas formas”. A CONCAR se alinhou a esse conceito desde 2005, quando fez o seu planejamento estratégico, o qual a definiu com uma visão de futuro: entidade reconhecida pela sociedade e capaz de garantir um Sistema Cartográfico Nacional de excelência que assegure a atualidade e a integridade da Infraestrutura Nacional de Dados Geoespaciais (INDE).

Com o amadurecimento desse trabalho a INDE foi criada, por meio do Decreto Presidencial nº 6.666/2008. Este marco legal da cartografia visou o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado, particularmente em âmbito federal, com progressiva descentralização para as esferas estadual e municipal. Orientou o acesso à informação geoespacial² de forma ampla, compartilhada, permitindo a interoperabilidade, melhorando aspectos do planejamento, do conhecimento do território e do ordenamento territorial com garantias à cidadania. O decreto da INDE se desdobrou posteriormente na construção do seu Plano de Ação em 2009, em que foram apontados ciclos de sua implementação.

A INDE tem promovido intensas modificações nos processos de trabalho com setores técnicos de cartografia e cartografia digital: processamento e geoprocessamento.

O compartilhamento de informações geoespaciais ratificou ações estruturantes nos órgãos setoriais, para além da DSG e do IBGE, como a

elaboração de planos (Figura 1), além de outros projetos³. Entre as principais modificações está o fato de que esta infraestrutura de dados veio esclarecer que o arcabouço legal vigente não dava mais conta dos avanços tecnológicos e conceituais que a cartografia tradicional prevista no Decreto-Lei nº 243 de 28 de fevereiro de 1967 preconiza. A cartografia passou a ser um dos elementos do dado geoespacial ou geoinformação. E onde está a legislação que esclarece isso no Brasil? Não existe, ainda.

Cartografia
**“Ciência que trata da
organização, apresentação,
comunicação e utilização da
geoinformação, sob uma forma
que pode ser visual, numérica
ou tátil, incluindo todos
os processos de elaboração,
após a preparação dos dados,
bem como o estudo e utilização
dos mapas ou meios de
representação em todas as
suas formas”.**
(Associação Internacional de Cartografia - ICA)

⁽¹⁾ A CONCAR teve, desde 1967 até os dias atuais, diversos tipos de composições. Em 1967, foi estruturada no IBGE. Em 1973, foi alocada dentro da estrutura do MP, onde permanece até hoje.

⁽²⁾ Informação geoespacial e geoinformação são sinônimos, do ponto de vista do conceito, na abordagem aqui apresentada.

⁽³⁾ O executivo federal, após a INDE, expandiu sua capacidade de utilização da geoinformação por meio de projetos setoriais na implementação de políticas públicas.

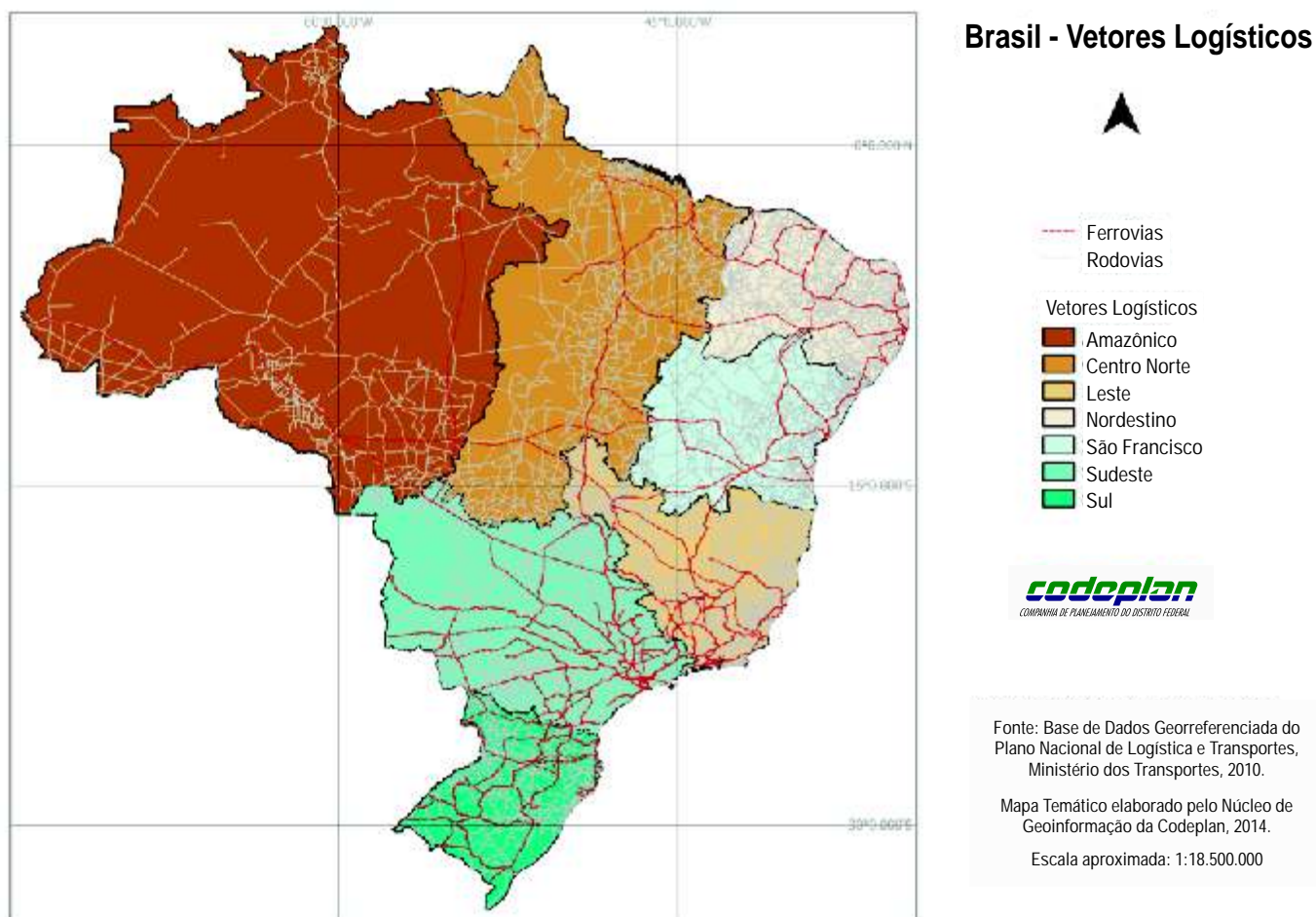


Figura 1: Exemplo de elaboração de planos a partir da geoinformação e compartilhada na INDE. Plano Nacional de Logística e Transportes. Ministério do Trabalho, 2010 (<http://www.transportes.gov.br/conteudo/3254>).

O Decreto-Lei nº 243, que refere-se à uma Política Cartográfica Nacional, não encerra em si mesmo essa política, trata apenas do Sistema Cartográfico Nacional (SCN). O Brasil tem um sistema, mas não tem e nunca teve uma Política de Cartografia. Com a introdução de um novo paradigma, conceitual e estrutural, posto pela INDE, a CONCAR tem ampliado os fóruns de debate sobre a gestão da geoinformação no Brasil com a criação do Fórum de Gestores de Geoinformação (FIGG) e com a realização de duas Jornadas INDE/Academia. Com isso, houve a tentativa de se criar uma rede permanente de discussões com os gestores de geoinformação e a academia.

Política Nacional de Geoinformação - PNGeo

Foi justamente na ampliação dos debates da CONCAR nesses diferentes e atuais fóruns que surgiu a proposta de se discutir uma Política Nacional de Geoinformação, batizada preliminarmente de PNGeo,

que deverá ser um claro referencial para maximizar o uso da informação geoespacial, estruturada segundo os seus fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos. Além disso, deverá conter atores, conceitos, padronizações e recomendações para que a sociedade e o Estado se apropriem da utilização e compartilhamento da geoinformação.

Elementos contemporâneos surgem e se agregam à essa discussão, como por exemplo a construção da geoinformação colaborativa. Comunidades inteiras de produtores de geoinformação se organizam, padronizam e publicam geoinformação na internet. Além desses colaboradores conscientes, todos os usuários de dispositivos móveis também colaboraram inconscientemente, fornecendo dados de localização a todo instante para os provedores da rede. Essa realidade é incontornável. Cabe ao Brasil conceituar e regulamentar esta produção, identificando atores, produtores, consumidores e fornecedores de geoinformação, seja ela oficial ou não.

O Decreto-Lei nº 243 é muito claro quanto à definição de cartografia oficial e quem são os produtores nacionais. O paradigma de geoinformação “oficial” tem sido impactado por demandas dos órgãos governamentais e da sociedade que vêm utilizando de forma crescente as geotecnologias na gestão de seus negócios e na produção de seus dados. Como identificar tudo isso?

Há ainda a preocupação em como documentar a autoria, a propriedade intelectual e o licenciamento da geoinformação. Os agentes da iniciativa privada e das comunidades colaborativas criam seus próprios procedimentos de documentação. E o Estado? A administração pública tem uma rotina criada para disponibilização legal da geoinformação produzida pelos atores públicos?

São todas estas as questões a serem discutidas e formuladas as respostas. Nesse processo de construção, a plenária do 3º Fórum Intergovernamental de Gestores Públicos da Geoinformação (FIGG) deliberou a criação de um comitê executivo formado por dois grupos: um redator e outro revisor. A função deste comitê é construir uma minuta da Política Nacional de Geoinformação. Desde fevereiro de 2014 o grupo redator formado por servidores do IBGE, DSG, Ibama, DNIT, UnB e a Codeplan (representando a esfera estadual) coordenado por integrantes da SPI/MP, estão trabalhando sistematicamente em reuniões presenciais em Brasília, com a participação de técnicos do IBGE por

videoconferência, no Rio de Janeiro. Nos dias 27 e 28 de maio de 2014, a 2ª Jornada INDE/Academia apresentou discussões preliminares sobre os debates do grupo redator.

As etapas subsequentes são a finalização da minuta pelo grupo redator, o encaminhamento para o grupo revisor, a realização de audiência e/ou consulta pública, a conclusão do texto para encaminhamento do Ministério do Planejamento ao Congresso Nacional. A ideia é que, ainda em 2014, a proposta da PNGeo possa ser uma realidade. E uma realidade construída pela maior representatividade possível com atores públicos, privados, produtores, consumidores, gestores, acadêmicos e a própria sociedade civil. A conquista de um novo tempo, novos conceitos, novo marco legal.

(*) *Cárta da Silva Sampaio* - Geógrafa na Codeplan. Especialista e Mestre em Geoprocessamento. Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade de Brasília
Diego Moreira Carvalho - Geógrafo na Codeplan. Técnico em cartografia e agrimensura
Moema José de Carvalho Augusto - Engenheira Cartógrafa, Assistente da Diretoria de Geociências/IBGE. Especialista em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas

Referências Bibliográficas

- . BRASIL. Geoportal do Exército Brasileiro. Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Disponível em: <http://www.geoportal.eb.mil.br/index.php/39-noticias/destaque/153-dsg>, 2014.
- . BRASIL. Decreto-Lei nº 9.210, de 29 de abril de 1946. Fixa normas para a uniformização da Cartografia Brasileira e dá outras providências. Diário Oficial da União, 02 de maio de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9210-29-abril-1946-417078-norma-pe.html>
- . _____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm
- . _____. Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967. Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-243-28-fevereiro-1967-376132-publicacaooriginal-1-pe.html>
- . _____. Lei nº 5878, de 11 de maio de 1973. Dispõe sobre a Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 de maio de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5878.htm
- . _____. Lei nº 6183, de 11 de dezembro de 1974. Dispõe sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 de dezembro de 1974. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6183-11-dezembro-1974-357579-publicacaooriginal-1-pl.html>
- . _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- . _____. Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008. Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm

Geo Serviço

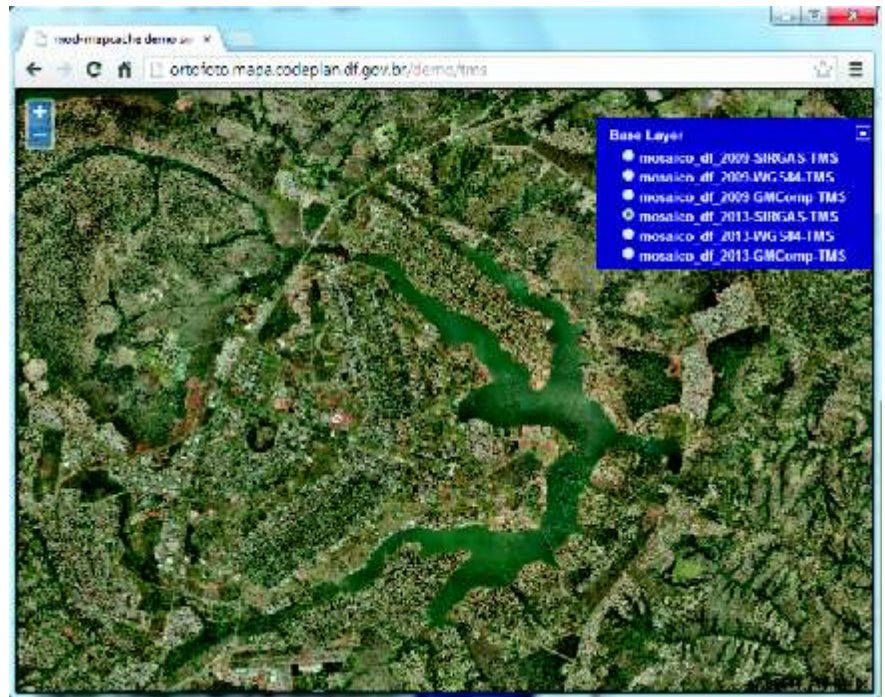
Codeplan cria infraestrutura de dados geoespaciais

(*) Deborah Andrade

Tradicionalmente as instituições de planejamento, estudos e dados estatísticos, oferecem aos governos e à sociedade em geral informações necessárias à gestão de territórios. São dados que quando coletadas, sistematizadas e associadas a algum nível territorial, possibilitam a espacialização (processo no qual se confere localização a um dado representado por pontos, linhas e polígonos). Esta espacialização, aliada a um sistema de coordenadas, transforma um dado em geoinformação.

De maneira geral, os Estados ainda não se organizaram para aderir às recomendações da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDE), mas o Distrito Federal está dando um exemplo de organização, padronização e compartilhamento de dados geoespaciais regionais. Dentro do seu projeto de Infraestrutura de Dados Espaciais, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) criou o Geo Serviço baseado em dois mosaicos de ortofotos (imagens aéreas corrigidas geograficamente) de todo o território do Distrito Federal, um de 2009 e outro de 2013. Por estes mosaicos é possível identificar e comparar as mudanças espaciais ocorridas nos diferentes períodos. Em Brasília, especialmente, a população poderá estudar o território, localizar e definir o limite de suas propriedades, acompanhar o crescimento urbano da região ao longo do tempo, desenvolver pesquisas acadêmicas, entre outras utilidades. As imagens, em alta resolução, têm validação oficial da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), e chegam a superar em qualidade e credibilidade o serviço semelhante oferecido pelo Google Maps.

O Geo Serviço da Codeplan funciona como ferramenta auxiliar no desenvolvimento de projetos dos órgãos públicos do GDF. O DER/DF, por exemplo, já utiliza o novo recurso para atualização da malha rodoviária. Ao IBRAM tem sido possível a ampliação da fiscalização ambiental no território. O IBGE/DF é mais um órgão que se utiliza do Geo Serviço na atualização da malha censitária. Tudo isso sem custo, convênio, acordo ou necessidade de autorização. O produto está disponível na internet e tem acesso livre e irrestrito para uso e compartilhamento do público em geral.

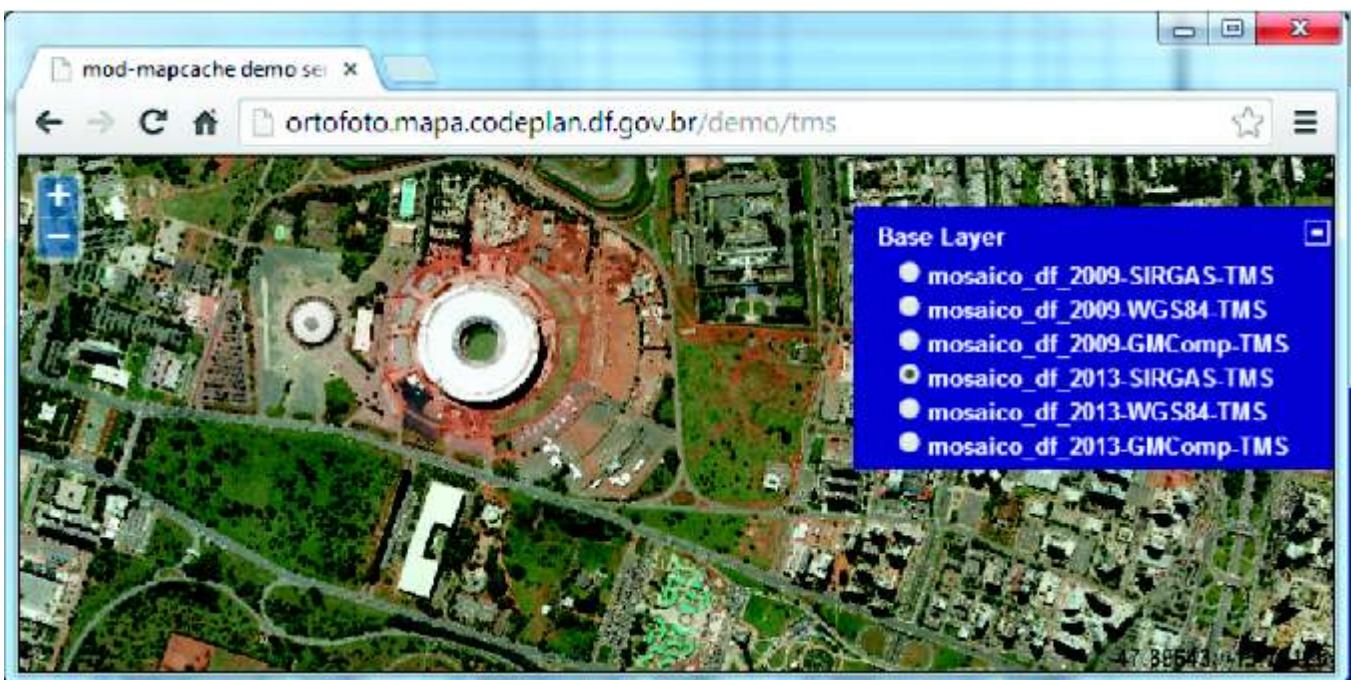


Para Júlio Miragaya, presidente da Codeplan, a geo informação vem para dar transparência e desburocratizar as informações territoriais: "O novo recurso torna-se uma referência nacional na medida em que oferece maior dinâmica à gestão pública e democratização no acesso à informação pela sociedade. No Brasil, o Distrito Federal é pioneiro nesse projeto, que é desenvolvido com recurso público."

Cárita Sampaio, geógrafa da Codeplan, lembra que o Geo Serviço disponibilizado pela Companhia obedece premissas da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE): “É com base nas orientações da INDE que a Codeplan trabalha para que a geoinformação seja utilizada através de condutas organizacionais de compartilhamento. Criamos uma Infraestrutura de Dados Geoespaciais institucional. A IDE da Codeplan é uma solução tecnológica livre, com uma arquitetura baseada em serviços web, de padrões OGC¹⁾”.

O geo serviço da Codeplan-IDE pode ser acessado pela URL www.ortofoto.mapa.codeplan.df.gov.br, ou pela página da Codeplan www.codeplan.gov.br

(*) *Deborah Andrade* - Jornalista e Chefe da Assessoria de Comunicação - Codeplan



As ortofotos acima mostram a situação geoespacial da área do Estádio Mané Garrincha num comparativo 2009 e 2013.

⁽¹⁾ Open Geospatial Consortium (<http://www.opengeospatial.org>).

Aspectos sociodemográficos e situações de violência contra idosos do Paranoá - DF¹

(*) Andréa Mathes
Leides Barroso Azevedo Moura

INTRODUÇÃO

A população brasileira e de outros países da América Latina inserem-se no processo de envelhecimento que aponta para a longevidade devido à redução das taxas de mortalidade, de fertilidade e consequente aumento da expectativa de vida, guardadas as diferenças de transição demográfica em cada região. Com as pessoas vivendo por período mais prolongado, os fenômenos inerentes à gestão do processo de envelhecimento populacional evidenciam-se no impacto das modificações da senescência e senilidade no indivíduo na família, na comunidade e na sociedade. O desafio do envelhecimento ativo, a infraestrutura urbana dos serviços de cuidado e a luta contra violações de direitos passam a representar prioridade nas políticas públicas voltadas aos idosos.

A violência contra pessoas idosas é problema global, mas apresenta maiores proporções nas sociedades ocidentais pela postura preconceituosa de desvalorização do “ser velho”, pelos estereótipos societários de “peso social” e pelas relações desiguais de poder baseadas em gênero e acirradas pelos conflitos intergeracionais. Esta situação parece contribuir para os maus-tratos e negligência nas esferas político-institucionais e nas relações de cuidados (Mascarenhas et al; 2012; Sooryanarayana, Choo, Hairi; 2012).

A Organização Mundial da Saúde define violência contra o idoso como uma ação ou omissão (negligência) que pode ser intencional ou involuntária, ato único ou repetido na situação de abuso, ocorrendo dentro de qualquer relacionamento em que haja uma expectativa de confiança que cause dano ou angústia a uma pessoa idosa (WHO, 2002).



Os vários tipos de abusos que acometem aos idosos, bem como a natureza da violência, ainda são pouco notificados nos postos de atendimentos de serviços de saúde e assistência social. De fato, isso ocorre porque tais práticas permanecem naturalizadas nas relações familiares e entre os cuidadores de idosos, ou pela falta de preparo desses profissionais para detectar, notificar e articular o cuidado em redes de proteção e assistência às

⁽¹⁾ Pesquisa realizada pela Professora Andréa Mathes Faustino da Universidade de Brasília (UnB) como parte do seu projeto de Doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NEPTI) do Centro de Estudos e Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB.

vítimas de violência (Wanderbroocke, Moré; 2013; Faustino, Gandolfi, Moura; 2014).

Quanto à magnitude e intensidade do problema no Brasil, há poucos estudos e a metodologia empregada de base populacional varia amplamente. Num estudo realizado em São Paulo com entrevistas domiciliares, a prevalência foi de 1,1% (Sanches, 2006). No estado do Rio de Janeiro o número de ocorrências variou de 43,2% para violência psicológica a 6,1% para violência física grave (Apratto Jr; Moraes, 2010). Em Pernambuco, a predominância foi de 21% (Melo, Cunha, Falbo Neto; 2006). No Distrito Federal, uma pesquisa baseada em análise de dados secundários realizada pela Central Judicial do Idoso descreveu que a maioria das denúncias envolve mulheres (68%), constatando pelo menos 22% dos casos de violência na faixa etária dos 80 anos ou mais (Brasil, 2013).

Este artigo de caráter descritivo com amostra de conveniência tem como objetivo descrever o perfil sociodemográfico e as situações de violências enfrentadas por pessoas com 60 anos ou mais atendidas em uma unidade básica de saúde na Região Administrativa do Paranoá, Distrito Federal².

RESULTADOS

Entre os 237 idosos que fizeram parte da amostra, a faixa etária variou entre 60 a 93 anos, com maior participação mulheres, 69,9%. De ambos os sexos, 38% estão casados; 44,3% são analfabetos; 62,0% praticantes da religião católica; 46,0% têm renda de até um salário mínimo e 89,0% residem com pelo menos um familiar. Quando os idosos foram questionados se já haviam sofrido algum tipo de violência após completarem 60 anos, observou-se que para as mulheres entre 70 e 79 anos encontra-se a maior concentração de casos (69,7%) e para os homens de 80 anos ou mais, 83,3% (Tabela 1).

Entre os que sofreram violência depois dos 60 anos, em relação a cor declarada, no caso das mulheres, 78,6% são de cor parda, e os homens de cor branca, 60,0%. Quanto à região que moravam antes de residir no Distrito Federal, 68,7% referiram ser provenientes da Região Nordeste, o que reflete o fluxo migratório de construção e ocupação de Brasília. No grupo das mulheres com maior escolaridade (5 a 8 anos de estudo) observou-se maior proporção de relatos de episódio de algum tipo de violência (80,7%), conforme Tabela 1.

Em relação ao estado civil e ou conjugal, as mulheres casadas foram as que mais fizeram referência a situações de violência em seu cotidiano (76,0%), seguindo a tendência de pesquisas sobre agressões



praticadas por parceiros íntimos no curso da vida. Quanto à ocupação e/ou situação financeira, destacam-se as mulheres que sofriam maus-tratos mais frequentes, as que recebiam o benefício assistencial ao idoso do Governo Federal (78,6%). Já, entre os homens mais maltratados, encontram-se os que recebem auxílio financeiro da família (71,4%). Mas o tamanho da amostra exige cuidado na interpretação. O Benefício Assistencial ao Idoso (BPC/LOAS) corresponde à garantia de um salário mínimo, na forma de benefício assistencial de prestação continuada mensal devido à pessoa idosa com 65 anos ou mais, que comprove não ter meios de prover a própria manutenção e também não possa ser mantida por sua família (Previdência Social, 2014).

Quanto à renda, entre as mulheres que não a possuíam, todas declararam ter sofrido algum tipo de violência. Segundo os entrevistados (dos dois sexos), o fato de morar acompanhado de algum familiar configura estarem submetidos a mais abusos, em relação aos que moravam sozinhos: mulheres, 68,2% e homens, 60,0%.

Em relação à religião, as mulheres católicas e evangélicas e os homens evangélicos foram as pessoas que mais declararam ter sofrido maus-tratos, 67,1%, 66,1% e 63,6% respectivamente. Entre as mulheres que

⁽²⁾ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) sob o número 160/2012.

faziam parte de algum grupo de convivência social de idosos, ou da comunidade, estão as que mais relataram de agressões. No entanto, ocorreu o contrário entre os homens: os que não participavam de nenhuma atividade em grupo são os que mais experimentaram situações de violência.

Quanto ao resultado obtido com os testes de independência entre as variáveis sociodemográficas e as situações de violência, conclui-se que nos casos em que os idosos sofreram “Negligência” não houve significância estatística entre as variáveis sociodemográficas. Para a violência psicológica, porém, do tipo, “Humilhação ou insulto” e “Discriminação”, verificou-se relação com o fato de o idoso ter filhos ($p < 0,05$).

No caso da “Agressão física, as variáveis cor, renda e a participação do idosos nas atividades coletivas apresentaram relação significativa ($p < 0,05$). No caso da “Autonegligência” há uma relação estatística com o uso de álcool. Os maus-tratos do tipo “Abuso financeiro” foram associados com a região onde o idoso morava antes, ou seja, a origem, a cultura. As relações de dependência também podem explicar a redução da autonomia financeira do idoso nos domicílios multigeracionais, ou seja, residências onde convivem várias gerações como crianças, filhos que moram com pais, adultos e idosos.

DISCUSSÃO

As características sociais e demográficas observadas no presente estudo corroboraram com as pesquisas, envolvendo a população de idosos estudada,

A violência contra pessoas idosas é problema global, mas apresenta maiores proporções nas sociedades ocidentais pela postura preconceituosa de desvalorização do “ser velho”, pelos estereótipos societários de “peso social” e pelas relações desiguais de poder baseadas em gênero e acirradas pelos conflitos intergeracionais.

tanto no cenário nacional quanto global, evidenciando as características do perfil do idoso que mais sofre violência, ou seja, são em sua maioria mulheres com escolaridade e renda baixas, que compartilham a residência com algum membro da família (Cooper, Selwood, Livingston; 2008; Oliveira et al; 2012; Brasil, 2013). Contudo, algumas características não observadas chamam a atenção como o estado conjugal. Pesquisa realizada na cidade do Recife revela que idosos solteiros, ou que moram sozinhos, sofrem mais maus-tratos (Duque et al, 2012), o que não foi observado na amostra.



Além disto, quando a análise é por sexo, existem algumas diferenças estatisticamente significativas no perfil do idoso agredido. Entre as mulheres, ser parda foi um fator relacionado à vivência de maus-tratos. As relações assimétricas de gênero e as desigualdades sociais devem servir de base para análise desses resultados. Sabe-se que em muitos lugares do mundo as práticas de maus-tratos eram consideradas tão comuns que passavam despercebidas como formas de violência, onde os grupos oprimidos escondiam o

Tabela 1. Características socioeconômicas, demográficas e de contexto de pessoas idosas segundo distribuição por gênero e se sofreu algum tipo de violência após os 60 anos (n=237)

Variáveis		Sexo			
		Feminino		Masculino	
		Violência após os 60 anos		Violência após os 60 anos	
		Sim n (%)	Não n (%)	Sim n (%)	Não n (%)
Faixa etária, anos	60-69	53 (68,8)	24 (31,2)	24 (58,5)	17(41,5)
	70-79	46 (69,7)	20 (30,3)	13(52,0)	12(48,0)
	>80	13 (59,1)	9 (40,9)	5 (83,3)	1 (16,7)
Cor	Branca	55 (65,5)	29 (34,5)	18 (60,0)	12(40,0)
	Parda	41 (78,6)	11 (21,2)	15 (57,7)	11(42,3)
	Preta	16 (55,2)	13 (44,8)	9 (56,3)	7 (43,8)
Região que morava antes	Centro-oeste	17 (94,4)	1 (5,6)	2 (33,3)	4 (66,7)
	Nordeste	73 (65,2)	39(34,8)	29(56,7)	22(43,1)
	Norte	4 (100,0)	-	1 (50,00)	1 (50,0)
	Sudeste	17 (56,7)	13 (43,4)	10 (76,9)	3 (23,1)
	Sul	1(100,0)	-	-	-
Escolaridade, anos	Sem instrução	46 (63,9)	26 (36,1)	17 (51,5)	16(48,5)
	1 ano	10 (71,4)	4 (28,6)	4 (80,0)	1 (20,0)
	2-4	30 (66,6)	15 (33,4)	12 (63,1)	7 (36,9)
	5-8	21 (80,7)	5 (19,3)	5 (50,0)	5 (50,0)
	>9	5 (62,5)	3 (37,5)	4 (80,0)	1 (20,0)
Estado civil	Casado	36 (76,6)	11 (23,4)	24 (55,8)	19(44,2)
	Viúvo	44 (64,7)	24 (35,3)	4 (66,7)	2 (33,3)
	Solteiro	11 (57,9)	8 (42,1)	4 (66,7)	2 (33,3)
	Mora com companheiro	4 (57,1)	3 (42,7)	3 (50,0)	3 (50,0)
	Desquitado ou separado	17 (70,8)	7 (29,2)	7 (63,6)	4 (36,4)
Ocupação	Aposentado	70 (70,7)	29 (29,3)	30 (63,8)	17(36,2)
	Recebe benefício BPC	11 (78,6)	3 (21,4)	2 (66,7)	1 (33,3)
	Recebe pensão	12 (50,0)	12 (50,0)	-	1(100,0)
	Trabalha	8 (72,7)	3 (27,3)	5 (35,7)	9 (64,3)
	Recebe apoio familiar	11 (64,7)	6 (35,3)	5 (71,4)	2 (28,6)
Renda, salários mínimos	Sem renda	5 (100,0)	-	1 (33,3)	2 (66,7)
	Até 1	59 (66,3)	30 (33,7)	8 (40,0)	12(60,0)
	2-3	40 (65,57)	21 (34,4)	28 (65,1)	15(34,9)
	>4	7 (87,5)	1 (12,50)	2 (66,67)	1(33,33)
	Não sabe precisar/sem valor fixo	1 (50,0)	1 (50,0)	3 (100,0)	-
Tem filhos	Sim	106 (69,3)	47 (30,7)	41 (58,6)	29(41,4)
	Não	6 (50,0)	6 (50,0)	1 (50,0)	1 (50,0)
Reside com quem	Algum familiar	101 (68,2)	47 (31,8)	37 (60,6)	24(39,4)
	Sozinho	10 (62,5)	6 (37,5)	5 (50,0)	5 (50,0)
	Outra pessoa não familiar	1 (100,0)	-	-	1(100,0)
Religião atual	Católica	66 (67,4)	32 (32,7)	28 (57,1)	21(42,9)
	Evangélica	41 (66,1)	21 (33,9)	14 (63,6)	8 (36,4)
	Outras	5 (100,0)	-	-	1(100,0)
Atividade Social	Sim	26 (78,8)	7 (21,2)	4 (50,0)	4 (50,0)
	Não	86 (65,2)	46 (34,9)	38 (59,4)	26(40,6)
Uso de álcool	Sim	6 (100,0)	-	6 (50,0)	6 (50,0)
	Não	106 (66,7)	53 (33,3)	36 (60,0)	24(40,0)
Total		112	53	42	30

Fonte: Banco de dados da Pesquisa "Violência contra pessoas idosas numa área metropolitana de Brasília, Paranoá - Distrito Federal" de autoria de Andréa Mathes Faustino.

sofrimento físico e emocional sem poder sequer interpretá-los como violência, muito menos denunciá-los (Moura et al, 2011).

Apesar de a religiosidade e/ou as práticas religiosas proporcionarem ressignificação e fortalecimento pessoal, muitos idosos declararam ser praticantes de alguma religião e, ainda assim, sofrerem violência. No entanto, não foi possível observar se a religião funciona como fator de proteção ou de risco, pois não se trata de estudo longitudinal e a amostra não permitiu tratamento estatístico mais robusto. Contudo, nas situações de violência pode haver influência da religião no sentido de funcionar como um elemento agregador de capital social e rede de apoio, embora o discurso religioso também possa validar práticas naturalizadas de violência baseada em gênero e dominação masculina (Faria, David, Rocha; 2011).

O apoio social, observado no estudo, pode ser qualquer informação e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas, com os quais os idosos têm contatos sistemáticos e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. São trocas mútuas nas quais tanto aquele que recebe quanto o que oferece apoio são beneficiados por darem um maior sentido as suas vidas. Poucos idosos relataram participar de grupos ou atividades de apoio social. Dentre os que afirmaram participar de grupos de convivência social, a maioria não possuía em sua rotina contato com este tipo de atividade que funciona, de acordo com a literatura, como fator de proteção para as situações de violência (Sousa et al, 2008).



...a ocorrência da violência psicológica, com atos de humilhação, insultos e discriminação contra o idoso reforça a evidência já relatada em outros estudos de que a maioria dos agressores de pessoas idosas são os próprios filhos,...

O fato de ter filhos esteve associado com a ocorrência da violência psicológica, com atos de humilhação, insultos e discriminação contra o idoso. Este achado reforça a evidência já relatada em outros estudos de que a maioria dos agressores de pessoas idosas são os próprios filhos, muitas vezes em função das relações conflituosas em detrimento da necessidade de co-residência em domicílios multigeracionais aumentando a potencialidade de situações estressoras na convivência (Araújo, Lobo filho, Jorgeano; 2009).

CONCLUSÃO

No Brasil, o campo das políticas públicas tem destacado a importância da defesa de direitos e da justiça social ao longo da vida. O enfrentamento da violência, em qualquer grupo populacional, compreende uma análise de situações complexas e multidimensionais envolvendo indivíduos, famílias, comunidade e estruturas sociais. No caso do idoso, envolve ainda um

reposicionamento cultural societário de valorização da dignidade da pessoa senescente e o estabelecimento de relacionamentos familiares sem mediação violenta de conflitos nos cuidados da vida diária. Tal cenário requer uma ação integrada entre Estado e sociedade na construção de redes de apoio social e serviços de atendimento e proteção de direitos. Neste sentido, o desenvolvimento de pesquisas em temas sensíveis é essencial para captar a prevalência da violência nos territórios e auxiliar os gestores e profissionais do cuidado humano no planejamento de programas de intervenções e monitoramento de políticas voltadas para a defesa de direitos e o enfrentamento de desigualdades. As técnicas de entrevistas na temática da violência são essenciais para captar a magnitude das violações e a abordagem às pessoas idosas. Esses temas sensíveis

requerem capacitação e supervisão sistemática das atividades de campo nesse tipo de pesquisa ainda tão pouco explorado nas regiões administrativas do Distrito Federal.

(*) *Andréa Mathes* - é professora Assistente no Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro e Gerontóloga Titulada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

Leides Barroso Azevedo Moura - é professora Adjunta no Departamento de Enfermagem da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro.

Fotos: Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal (SEI-DF)

Referências Bibliográficas

- . Apratto Junior PC, Moraes CL. A violência doméstica contra idosos nas áreas de abrangência do Programa Saúde da Família de Niterói (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*. 2010 15(6): 2983-2995.
- . Araujo LF, Lobo Filho JG. Análise psicossocial da violência contra idosos. *Psicol. Reflex. Crit.* 2009, 22 (1): 153-160.
- . Brasil. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. O mapa da violência contra a pessoa idosa no Distrito Federal/Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília : MPDFT, 2013. 36 p.
- . Cooper C, Selwood A, Livingston G. The prevalence of elder abuse and neglect: a systematic review. *Age Ageing*. 2008, 37(2):151-60.
- . Duque AM, Leal MCC, Marques APO, Eskinazi FMV. Violência contra idosos no ambiente doméstico: prevalência e fatores associados (Recife/PE). *Ciênc. saúde coletiva*. 2012 17(8): 2199-2208.
- . Faria MGA, David HMSL, Rocha PR. Inserção e prática religiosa entre mulheres: Aspectos protetores ao uso de álcool e violência. *Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)*, 2011, 7(1): 32-37.
- . Faustino AM, Gandolfi L, Moura LB. Capacidade funcional e situações de violência em idosos. *Acta Paulista de Enfermagem*. 2014, no prelo.
- . Mascarenhas MDM, Andrade SSCA, Neves ACM, Pedrosa AAG, Silva MMA, Malta DC. Violência contra a pessoa idosa: análise das notificações realizadas no setor saúde - Brasil, 2010. *Ciênc. Saúde coletiva*. 2014, 17(9): 2331-2341.
- . Melo VL, Cunha JOC, Falbo Neto GH. Maus-tratos contra idosos no município de Camaragibe, Pernambuco. *Rev. Bras. Saúde Mater Infant* 2006; 6(Supl. 1):543-548.
- . Moura LBA, Reis PED, Faustino AM, Guilhem D, Bampi LNS, Martins G. Experiences of Violence Lived by Women of the Federal District: Descriptive Study. *Online braz jnurs*. 2011; 10 (3).
- . Oliveira MLC, Gomes ACG, Amaral CPM, Santos LB. Características dos idosos vítimas de violência doméstica no Distrito Federal. *Rev. bras. geriatr. gerontol.* 2012, 15(3): 555-566.
- . Previdência Social. Benefício Assistencial ao Idoso. Disponível em: <http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/352> Acesso em 29 de maio de 2014.
- . Sanches APRA. Violência doméstica contra idosos no município de São Paulo: Estudo Sabe 2000, 2006. 83f. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2006.
- . Sooryanarayana R, Choo W, Hair NN. A Review on the Prevalence and Measurement of Elder Abuse in the Community. *Trauma, Violence, & Abuse*. 2013, 14(4):316-325.
- . Sousa DJ, White HJ, Soares LM, Nicolosi GT, Cintra FA, Delboux MJ. Maus-tratos contra idosos: atualização dos estudos brasileiros. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* 2010, 13(2): 321-328.
- . Wanderbroocke ACNS, Moré CLOO. Abordagem profissional da violência familiar contra o idoso em uma unidade básica de saúde. *Cad. Saúde Pública*. 2013, 29(12): 2513-2522.
- . World Health Organization (WHO). World report on violence and health. In: Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R, editores. *World report on violence and health*. Geneva: WHO; 2002: 87-113.

Inflação no DF fica abaixo do índice do Brasil

(*) *Newton Marques*

A inflação do Distrito Federal calculada pelo IBGE, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, de janeiro a junho de 2014, aumentou 2,84%, ligeiramente superior ao mesmo período de 2013 (+2,79%). Entre os nove grupos que compõem o IPCA, as maiores variações foram apresentadas pela Educação com +6,97%; Despesas Pessoais, +5,71%; Saúde e Cuidados Pessoais, +4,48% e Alimentação e Bebidas, +4,44%. Por outro lado, as menores variações foram dos grupos do Transportes com -1,34%; Comunicação, -1,11% e Vestuário, +1,79%.

A preparação para a realização da Copa do Mundo na Capital Federal, nos últimos meses de junho e julho, mexeu bastante com o emprego e a renda. E nessa esteira também sofreram impactos os preços dos bens e serviços. Basicamente, houve forte repercussão nas tarifas das passagens aéreas e das diárias de hotéis, bem como na alimentação fora do domicílio.

Caso considerássemos análises apenas das variações mensais do IPCA nesses primeiros seis meses de 2014, teríamos fortes discrepâncias. As variações trimestrais do IPCA Brasil apresentaram crescimento de 2,18% e 1,54% nos dois primeiros trimestres, enquanto o IPCA-DF apresentou variações de 1,73% e 1,09%, sendo que em três desses seis meses, ocorreram deflações.

Essa forte dispersão das variações em relação ao índice geral pode ser explicada pelas diferentes ponderações dos grupos no total do índice. Enquanto, aqueles com elevadas variações representavam 47,8% do total (Alimentação e Bebidas, com 21,7%; Despesas Pessoais, 11,2%; Saúde, 9,8% e Educação, 5,1%), os grupos com menores variações impactaram 32,2%. Transportes respondeu por 20,6% do total; Vestuário, com 6,3% e Comunicação, 5,3%.

Com relação à variação do IPCA-Brasil, considerando-se a variação de junho de 2013 a junho de 2014, quase todos os preços de Brasília ficaram abaixo dos preços observados no País, o qual leva em consideração as 12 regiões metropolitanas. Somente os preços dos grupos Transportes com +4,70% e Despesas Pessoais, +11,08% superaram aqueles coletados pelo IBGE. Os subgrupos que são responsáveis por essas elevações, comparativamente, foram, por um lado, os aumentos das Passagens Aéreas e, por outro, a elevação dos preços da Recreação e os salários dos Serviços Pessoais (cabeleireiros, manicures, empregados domésticos etc.), pressionados pela forte elevação do salário mínimo real e pelo aumento da demanda desses serviços profissionais.

Deve-se ressaltar que nesse primeiro semestre, a variação do IPCA de Brasília em 12 meses de 6,02% ocupou o ranking do terceiro mais baixo em relação às demais 10 regiões metropolitanas. Somente foi superado por Belém (5,43%) e por Salvador (5,74%).

Ao analisarmos a tendência das variações dos grupos que compõem o IPCA-DF, há que considerar suas variações em 12 meses, conforme quadro ao lado.

Pode-se concluir dessa análise dos últimos 12 meses que os grupos de maiores ponderações (Alimentação e Bebidas, Transportes e Habitação) com 58% do total, tiveram variações distintas. Enquanto, a Alimentação e Bebidas mostrou forte redução, no período, a Habitação teve forte alta e vem se reduzindo, enquanto os Transportes oscilaram bastante, principalmente, por causa da volatilidade das passagens aéreas.

(*) *Newton Marques* - Economista e Coordenador do Núcleo de Análise de Índices de Preços da Codeplan

GRUPOS	IPCA-DF var % 1º sem/13	IPCA-DF var % 1º sem/14	IPCA-DF var % jun/13-jun/14	IPCA Brasil var % jun/13-jun/14
GERAL	2,79%	2,84%	6,02%	6,52%
Alimentação/Bebidas	7,62%	4,44%	5,23%	7,51%
Habitação	1,44%	3,24%	6,74%	7,46%
Artigos de Residência	2,74%	3,53%	5,89%	7,70%
Vestuário	-0,65%	1,79%	4,70%	4,73%
Transportes	-1,57%	-1,34%	4,70%	3,65%
Saúde/Cuid. Pessoais	4,34%	4,48%	6,73%	6,91%
Despesas Pessoais	3,72%	5,71%	11,08%	10,36%
Educação	6,23%	6,97%	7,97%	8,55%
Comunicação	0,79%	-1,11%	0,36%	0,40%

Fonte: IBGE

Grupos	Jun 13	Jul 13	Ago 13	Set 13	Out 13	Nov 13	Dez 13	Jan 14	Fev 14	Mar 14	Abr 14	Mai 14	Jun 14
Índice Geral	6,47	5,81	5,92	6,20	5,90	6,11	5,97	5,42	4,48	6,06	6,26	5,66	6,02
Alimentação e Bebidas	12,52	10,16	9,26	8,01	7,16	7,41	8,43	7,40	5,42	5,60	5,73	5,16	5,23
Transportes	2,63	1,87	2,72	4,07	3,87	4,09	4,45	2,42	-1,77	4,99	5,99	3,76	4,70
Habitação	3,91	4,08	3,77	4,99	4,68	5,59	4,88	4,61	6,16	6,58	7,15	6,91	6,74
Saúde e Cuidados Pessoais	6,61	6,93	6,94	7,31	7,05	7,08	6,60	6,71	6,21	6,03	6,28	6,54	6,73
Despesas Pessoais	8,41	9,03	9,05	8,66	9,40	9,57	8,98	9,40	10,31	10,53	9,47	10,24	11,08
Vestuário	4,47	3,16	3,07	4,20	4,27	4,01	2,19	3,20	2,12	4,72	5,00	3,07	4,70
Artigos de Residência	6,05	5,54	8,67	9,39	8,17	7,42	5,09	5,09	6,76	6,77	5,77	5,72	5,89
Educação	8,23	8,06	8,31	7,93	7,98	7,89	7,21	7,05	8,59	8,44	8,21	8,25	7,97
Comunicação	2,01	1,60	1,49	1,46	0,99	1,08	2,29	2,26	2,00	0,20	0,48	0,87	0,36

Fonte: IBGE

www.codeplan.df.gov.br

Acesse. Informe-se.

The screenshot displays the website for the Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). The browser address bar shows www.codeplan.df.gov.br. The page features a top navigation bar with links for PORTAL GDF, OUVIDORIA GERAL, CIDADÃO, EMPRESAS, SERVIDOR, and AGÊNCIA BRÁSILIA. The main header includes the Codeplan logo and the text "Companhia de Planejamento do Distrito Federal". Below this is a secondary navigation menu with categories like "A COMPANHIA", "LICITAÇÕES", "ÁREAS TEMÁTICAS", "ARTIGOS", "NOTÍCIAS", "IMPRESA", "PARCEIROS", and "WEBMAIL". A news ticker at the top reads "GDF AGORA: 25/07/2014 08:12 - Ex-triatleta Leandro Macedo visita Centro Olímpico a...". The main content area is divided into several sections: a large banner for a seminar titled "Seminário Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia" with a photo of a speaker; a sidebar with "ACESSO À INFORMAÇÃO" and "ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO ELEITORAL"; a "DESTAQUES" section with three news items: "Guará: Uma região dinâmica", "Economia do DF cresce acima da média nacional", and "I Seminário Perspectivas para o Desenvolvimento da RIDE-DF"; and a "DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL" section with dropdown menus for the year (2014) and month (Julho). On the right side, there are several service tiles including "Portal da TRANSPARÊNCIA", "OUVIDORIA CODEPLAN", "Brasília em debate", "PDAD Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios", "PMAD Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios", "Observatório ODM DF", "Geo Serviço da Codeplan", "População e Renda per capita", and "IDECON-DF Índice de Desempenho Econômico do DF".

Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília

A perspectiva de um novo ciclo de desenvolvimento para a Região

(*) Deborah Andrade

A edição 2013-2014 do relatório de competitividade global do World Economic Forum mostrou uma queda na competitividade da economia brasileira. O Brasil perdeu oito posições e caiu para a 56ª colocação no ranking que avalia 148 nações. Quadro semelhante já havia sido apontado em estudo da escola de negócios suíça IMD, que classificou o país na 51ª posição em uma lista que inclui 60 economias.

Relatórios econômicos à parte, o Brasil figura entre as maiores economias do mundo em termos de PIB e se destaca por um mercado interno forte e um ambiente de negócios visto com bons olhos pelo trade internacional.

Entre as fragilidades essenciais da economia brasileira, estão alguns aspectos já conhecidos, como a precariedade da infraestrutura de transportes e no escoamento de produção, energia e telecomunicações, a baixa qualidade do sistema educacional e o elevado custo de produção. O Brasil tem desafios na proa, precisa superar seus gargalos. Há um longo caminho até se consolidar como potência ocidental e um vasto rol de ações a implementar, entre elas a de fortalecer seus elos internos de produção e comércio. E é aqui que entram como protagonistas do desenvolvimento nacional os eixos regionais, uma conjunção de cidades que acenam para os mercados interno e externo com um portfólio de oportunidades de investimentos.

Recentemente, a revista Exame publicou uma reportagem chamando esses eixos de “Corredores de

Riquezas”, em que aponta pelo menos 10 rotas economicamente fortes localizadas em quatro das cinco regiões brasileiras, com destaque pelo PIB expressivo para o eixo Campinas-São Paulo (R\$ 728 bi), Rio de Janeiro-Campos de Goytacazes (R\$ 339 bi) e Brasília-Anápolis-Goiânia (R\$ 268 bi). Fiquemos com este último.



Entra ano, sai ano, a região Centro-Oeste apresenta o melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras. A sua participação no PIB nacional, que em 1970 era de 3,8%, passou para mais de 10% atuais (R\$ 500 bilhões). Entre 1960 e 2013, a população da Região quase sextuplicou e alcançou 18,2 milhões (9,0% do total nacional). A produção de grãos chegou a 82 milhões de toneladas em 2013 (43,5% do total nacional), e o rebanho bovino alcançou

quase 93 milhões de cabeças no mesmo ano (44% do total nacional). Outra expressão disso foi o bom desenvolvimento do setor terciário, estimulado pelo dinâmico setor agroindustrial, pelos investimentos em infraestrutura e pelo adensamento populacional em forte processo de urbanização. Considerando o tímido desempenho da economia brasileira nas últimas décadas, e a performance dos principais núcleos produtivos, podemos afirmar que a Região Centro-Oeste se destacou.

O Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, com uma população que, ao longo das últimas décadas cresceu rapidamente – já são quase 7 milhões de habitantes,

não se expande economicamente com a mesma velocidade de sua demografia, mas tem, sem dúvida, um protagonismo no desenvolvimento regional e nacional. Nas pontas, Brasília, o epicentro da malha rodoviária nacional, tem cerca de 4 milhões de habitantes, e Goiânia mais de 2,4 milhões. As duas, aliadas à aglomeração urbana de Anápolis (400 mil habitantes), formam um eixo produtivo com um PIB de R\$ 270 bilhões que já representa o terceiro mercado consumidor do País com renda disponível para consumo de quase 140 bilhões de reais, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Esse Eixo se fortaleceu com a duplicação da ligação Brasília e Goiânia (BR-060) e da BR-153 entre Goiânia e Itumbiara, conectando as duas metrópoles do



Centro-Oeste, por rodovia em pista dupla com São Paulo, principal centro econômico nacional, e os estados do Sul e os países do Mercosul. Sua consolidação ainda depende de alguns projetos estratégicos: a conexão ferroviária de Brasília com Anápolis, e daí com a Ferrovia Norte-Sul e com a Ferrovia Transcontinental (Uruaçu-Porto de Açu), e a construção do gasoduto partindo de São Carlos (SP) em direção ao Triângulo Mineiro, que disponibilizará uma nova e vantajosa fonte energética. Diante do seu imenso potencial produtivo, o Centro-Oeste apresenta um baixíssimo grau de industrialização ocupando o último posto entre as cinco macrorregiões do País - em 2011 respondia por cerca de 5,7% da produção industrial do País, muito inferior à participação da região no PIB nacional (10,7%), mas, ainda assim, nos últimos seis anos, observa-se um forte incremento na sua economia.

A discussão sobre a industrialização do Centro-Oeste vem de longa data e, em particular, do Distrito Federal, que vem desde a fundação da Capital. A



ausência de investimentos industriais se deve, em parte, a uma percepção equivocada da vocação da região focada na atividade agropecuária e no binômio grãos/gado. Mas esta economia começa a mostrar diversidade na sua vocação e uma mudança significativa começa a acontecer no panorama econômico regional. Reflexo disso é a expansão da indústria de alimentos – esmagamento e processamento de soja; ração animal; frigoríficos (carne bovina, suína e frango) e laticínios; processamento de couro e de algodão e o setor sucroalcooleiro. Da mesma forma, alguns setores voltados para o suprimento da agropecuária como a indústria de fertilizantes; sementes e implementos agrícolas.

A indústria em Brasília e Goiânia está muito aquém de seu potencial hoje. É Anápolis que se mostra um polo produtivo mais estruturado e evolui mais racionalmente. No topo do cenário econômico de Goiás como campeão em competitividade, esse município é o terceiro maior em população e o segundo maior em arrecadação de impostos. Com uma logística



multimodal num tronco rodoferroviário estratégico, a cidade goiana tem um movimentado porto seco que exporta inclusive para o Japão, uma estação aduaneira e um centro farmoquímico de expressão nacional. Notícia

recente dá conta de que a infraestrutura anapolina está prestes a se expandir, diga-se de passagem, ainda mais, e desta vez no setor de biocombustíveis – o chamado petróleo verde. Uma empresa internacional está acenando no horizonte econômico de Anápolis com um investimento de US\$ 2,2 bilhões e a criação de cerca de dois mil empregos diretos e indiretos.

À frente, o que se vislumbra é que o terceiro maior mercado consumidor do País tem um desafio: integrar suas potencialidades produtivas interestaduais, articulando-as com os mercados internos e externos num cenário competitivo mais arrojado. Isso impõe uma postura pragmática ao governo Federal, aos governos locais, e ao próprio empresariado, para planejar e investir. Há um novo ciclo de crescimento à vista que requer atenção.

E, por requerer atenção, no final do primeiro semestre deste ano, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) promoveu um seminário que abordou o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília como um novo vetor de desenvolvimento e inclusão social para o Centro-Oeste e para o País. Uma plateia de cerca de 400 pessoas - representantes governamentais, prefeitos, gestores e servidores públicos, empresários e investidores, assistiu aos painéis apresentados, apontou problemas, sugeriu soluções.



Seminário do Eixo - Herbert Kimura fala sobre o projeto do Parque Tecnológico da Universidade de Brasília - UnB

Ficou evidenciado num dia intenso de painéis e debates que, mais importante do que os incentivos fiscais para atração de investidores, é preciso traçar um plano estratégico de médio e longo prazos com investimentos em infraestrutura de qualidade para que as empresas se interessem em migrar rumo à região Centro-Oeste – uma logística inteligente de transporte, energia e a criação de distritos industriais à altura de

receber investimentos privados. Também é preciso um alto investimento em educação tecnológica profissionalizante e capacitação de mão de obra.



Seminário do Eixo - Presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, apresenta o perfil socioeconômico do Distrito Federal

O presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, fez um amplo diagnóstico socioeconômico do Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, desde a fundação da Capital Federal até os dias atuais, que mostrou o acelerado crescimento da região e a importância e a urgência da implantação de um programa integrado de investimentos: "Temos boas perspectivas no horizonte econômico, mas há muito trabalho a fazer. A conexão ferroviária, por meio da Norte-Sul, vai ligar Anápolis a outros mercados, mas é preciso um conjunto de conexões ligando mais pontos regionais. Embora as concessões estejam sendo feitas, ainda é preciso mais duplicação de rodovias. E como não há disponibilidade de gás natural como fonte energética, a geração e distribuição de energia elétrica ainda é um gargalo".

O secretário de Planejamento de Goiânia, Nelcivone Soares, que representou o prefeito Paulo Garcia no seminário, considera a rota que liga a capital goiana a Brasília como uma grande fonte de oportunidades e comparou a região a outros eixos em expansão no País, como a Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

A agricultura foi debatida com autoridades no assunto. Wilder Santos, presidente da Ceasa - DF; José Gasquez, coordenador do Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura; Elton Reis, coordenador do curso de pós-graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Goiás (UEG) de Anápolis e Alcido Wander, chefe-adjunto de Transferência de Tecnologia Arroz e Feijão da Embrapa de Goiânia. Todos destacaram, entre outros pontos, a relevância da

agropecuária goiana, o Distrito Federal como um grande produtor de hortifrutigranjeiros, e Anápolis como um promissor polo industrial. Foi consenso a afirmação de que ainda há muito espaço para evoluir, mas é urgente avançar na implantação de um sistema educacional profissionalizante, em pesquisas e gestão agropecuária, e melhoria das práticas de manejo do setor.



Seminário do Eixo - Agricultura teve destaque entre os temas debatidos

O tema Industrialização ficou por conta de Ronaldo Costa, gerente de Cooperação e Articulação Inter-nacional da Secretaria de Indústria e Comércio - GO; Mario Neves, coordenador Geral de Investimentos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Herbert Kimura, coordenador do Parque Tecnológico da Universidade de Brasília (UnB); e Giovanni Bueno, secretário municipal de Indústria, Comércio e Serviços de Goiânia. Foi apresentada a Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (RENAI), uma iniciativa do governo federal que, através de um portal, disponível em português e inglês, fornece informações sobre as oportunidades no Brasil para investidores estrangeiros. Neves apontou a necessidade de um novo eixo forte de desenvolvimento além do Eixo Rio-SP. Para ele, o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília tem potencial para atender essa necessidade da economia brasileira. Kimura falou sobre a importância dos Parques Tecnológicos para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

As regiões Sul e Sudeste contam com um alto número de equipamentos (comparado à média nacional), enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ainda precisam avançar. Brasília terá, a médio prazo, o seu primeiro Parque Tecnológico, a ser instalado na Universidade de Brasília. Bueno propôs focar a gestão para a real necessidade das indústrias locais com interação entre gestores públicos do Distrito

Federal e Goiás e um alinhamento estratégico para o desenvolvimento da região como um todo.

Ao final, o diretor do Porto Seco de Anápolis, Edson Tavares, falou sobre um dos maiores gargalos da produção regional: a logística. “Pela primeira vez vejo estudo sobre o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Especialmente a logística deve ser discutida sob a perspectiva da ciência. As universidades são o lugar para se desenvolver toda a pesquisa. Anápolis já vem dando exemplo com a formação de tecnólogos. É preciso alargar as vias urgentemente. Não é possível se levar 2 horas para se chegar a Brasília já estando dentro do DF. Os estados de Pernambuco, Ceará e Bahia já têm suas políticas de interiorização para fixar o homem no campo. Precisamos gerar políticas públicas específicas e setorializadas”.

O saldo deste evento é que agora há uma nova e prioritária pauta para os governos Federal, do Distrito Federal e Goiás e uma proposta de ação a curto prazo: a criação de um Grupo de Trabalho Intergovernamental que promova a articulação dos segmentos econômico e social e estabeleça uma estratégia para a expansão integrada do Eixo. Participarão do grupo os governos do DF e de Goiás, prefeituras de Goiânia e Anápolis, alguns ministérios, gestores municipais das cidades que



Técnicos, empresários, gestores e servidores públicos lotaram o auditório no seminário do Eixo

compõem as regiões metropolitanas, universidades, representantes dos setores produtivo, sindical e popular. A coordenação ficará a cargo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e da Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República.

(*) *Deborah Andrade* - Jornalista e Chefe da Assessoria de Comunicação - Codeplan

Fotos: *Mauro Moncaio e Portais do Governo de Goiás*

Balanço do 1º semestre traz números positivos para o Sebrae no DF

Eventos realizados ultrapassaram expectativas em atendimentos e resultados em 2014

(*) Célia Curto

O Sebrae no DF comemora bons resultados alcançados no primeiro semestre deste ano. Logo no mês de fevereiro, entre os dias 19 e 21, foi realizado o *1º Encontro de Franquias de Brasília*, voltado a empresas franqueadas e ao público em geral interessado em investir no mercado de franchising. A programação incluiu workshops, rodadas de negócios, capacitações, oficinas, seminários e palestras motivacionais do treinador da seleção brasileira masculina de vôlei, Bernardinho; do criador da metodologia Oficina do Empreendedor, Fernando Dolabela; do ex-jogador de basquete Oscar Schmidt; do maestro João Carlos Martins; e do empresário Marcelo Cherto, membro da Academia Brasileira de Marketing e do Conselho Consultivo Global da Endeavor. Mais de 4 mil pessoas passaram pelo Encontro.

Já, entre os dias 31 de março e 5 de abril, mais de 7 mil atendimentos foram contabilizados e 669 pessoas foram formalizadas, em 18 regiões administrativas do Distrito Federal, na *6ª Semana do Microempreendedor Individual (MEI)*. Durante o evento, os microempreendedores com dificuldades para preencher a Declaração Anual do Simples Nacional também puderam contar com o auxílio do Sebrae.

Baseado em levantamento realizado pelo Sebrae Nacional, em 2010, que mapeou oportunidades de negócios com a realização dos megaeventos esportivos no país entre 2013 e 2016, o Sebrae no DF segue identificando segmentos mais promissores e auxiliando empreendedores dentro dessa perspectiva. Para isso, realizou, entre 14 e 16 de abril, o *IV Encontro Sebrae 2014*. Em cinco rodadas de negócios, foram prospectados aproximadamente R\$ 38 milhões.

Por 61 dias, entre os meses de maio e junho, o artesanato brasileiro foi a estrela na Praça Central do ParkShopping, com o Showroom – *Brasil Original*, promovido pelo Sebrae no DF, que reuniu trabalhos de artistas e artesãos das 12 cidades-sede da Copa do



Foto: Daniella Bizerra

Mundo. A mostra reservou também um espaço diferenciado: o *Fazer Artesanal*, onde o público assistia à produção de peças ao vivo. Os números do evento superaram as expectativas: foram 257.788 visitantes, que compraram 15.151 peças, totalizando R\$ 460 mil comercializados. “Apresentamos a riqueza brasileira em peças de artistas que reforçam as características culturais, valorizando a nossa identidade”, destacou a gerente da

Unidade de Atendimento Coletivo de Comércio do Sebrae no DF, Maria Auxiliadora França.

Com uma programação extensa voltada aos empreendedores do setor de alimentação, o *XIII Salão de Alimentação –Alimenta* recebeu mais de 3 mil visitantes, de 9 a 11 de junho. O Sebrae no DF realizou 263 atendimentos e abriu espaço para 28 expositores. Na *Cozinha Show*, 682 pessoas foram conferir as apresentações de chefs e 2 mil participaram de oficinas, clínicas tecnológicas, workshops e palestras. “Os resultados alcançados mostram o cumprimento da missão do Sebrae, que é o fomento ao empreendedorismo. Atender a milhares de empreendedores e gerar

milhões de reais em negócios para eles nos dá a sensação de dever cumprido.

“Continuaremos nesse esforço, para que possamos proporcionar ainda mais resultados para os empreendedores do Distrito Federal. Afinal, queremos implementar a nossa máxima: “Quer um emprego? Crie um que o Sebrae no DF lhe ajuda”, afirma Antonio Valdir Oliveira Filho, diretor superintendente do Sebrae no Distrito Federal.

(*) *Célia Curto* - Jornalista do Sebrae

Publique na revista **Brasília em Debate**

A revista Brasília em Debate, além dos conteúdos próprios, tem a colaboração de economistas, professores, pesquisadores, cientistas políticos e sociais, entre outros especialistas. Os textos (artigos, opiniões, resenhas literárias) trazem prioritariamente abordagens da conjuntura econômica e social do DF, aspectos populacionais, sustentabilidade ambiental, planejamento urbano e territorial. Brasília em Debate tem registro no ISSN.

Normas para publicação e remessa de textos

- Todo texto deve ser original e escrito em português e será submetido à apreciação do Conselho Editorial.
- A Coordenação Editorial reserva-se o direito de revisar, sugerir títulos, formatar tabelas e ilustrações, e fazer outras intervenções, com base nas normas de redação e manuais de jornalismo, sem prejuízo do conteúdo técnico.
- Autores terão direito a 10 exemplares da Revista.
- Fonte no editor de texto: Times New Roman, tamanho 11, espaço simples.
- Número de caracteres (incluindo tabelas e ilustrações):
 - Artigos: 15 mil (ou 3½ páginas)
 - Pontos de vista e Opiniões: 3 mil
 - Resenhas: 3 mil
- É permitida a coautoria para Artigos.
- As informações do autor devem estar expressas em nota de rodapé - nome e sobrenome, formação acadêmica, instituição a que pertence (e-mail, telefone e endereço para contatos).
- Tabelas, quadros, ilustrações, fotos, desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, mapas, gráficos etc. devem estar numerados com algarismos arábicos na ordem em que foram citados, com legendas e fontes.
- Ilustrações devem ser originais, tabelas, quadros e gráficos em Excel.
- Fotos devem ser enviadas em alta resolução - 300 dpi -, cor real, inclusive a foto do autor.
- As notas explicativas de rodapé devem ser curtas, numeradas em ordem sequencial e citadas na mesma página.
- As citações de até três linhas devem conter aspas na sequência do texto. Se ultrapassarem esse limite, devem constar em parágrafo próprio, recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).
- As referências bibliográficas devem seguir também as normas da ABNT (NBR 6023).

www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br

Estudantes paulistas debatem Planejamento Urbano na Codeplan

(*) Deborah Andrade

A participação dos jovens na política; ética; o executivo e o legislativo brasileiros e Planejamento Urbano são temas estudados por um grupo de 100 estudantes e seis professores do 1º ano do Ensino Médio que participam da 12ª edição do Projeto Ética e Cidadania da Escola Comunitária de Campinas/SP. Em visita à Capital Federal, eles estiveram na Codeplan para conversar com os técnicos e conhecer melhor Brasília nos seus aspectos sociais, econômicos e geopolíticos.

Na Companhia de Planejamento do Distrito Federal, foram recebidos pelo presidente Júlio Miragaya, pelos economistas Iraci Peixoto e Jusçanio Souza, os geógrafos Cárta Sampaio e Aldo Paviani que falaram aos jovens estudantes sobre Planejamento Urbano.

Segundo o professor da Escola de Campinas, João Eduardo Scanavini, eles já vieram à Capital 15 vezes, não só para fazer turismo cívico, mas também ouvir representantes de instituições federais, autarquias, companhias do GDF e embaixadas. E esta experiência tem sido muito rica.



A Escola Comunitária de Campinas, fundada em 1977 por um grupo de pais e professores, tem como proposta pedagógica a formação de pessoas críticas e ativamente envolvidas com sua própria aprendizagem. No Projeto Ética e Cidadania, uma parte significativa do trabalho (pesquisas sobre temas atuais, coleta de dados e leitura de notícias recentes em jornais e revistas) é realizada, previamente, na escola e a outra parte em Brasília. Depois de cada viagem, as impressões e informações são editadas em uma apostila apresentada em seminários e distribuída na comunidade escolar.

O presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, parabenizou a escola pelo projeto: "É fundamental que escolas como essa participem ativamente na formação e transformação de estudantes em cidadãos bem informados sobre seu próprio País e críticos em relação ao seu desenvolvimento."



(*) *Deborah Andrade* - Jornalista e Chefe da Assessoria de Comunicação - Codeplan
Fotos: *Toninho Leite*

Brasília sedia o XIX Encontro da Anipes

O evento coloca em pauta o planejamento, a pesquisa e a estatística como ferramentas essenciais à gestão institucional e às políticas públicas



Sede do SEBRAE Nacional

L2, SGAS 605, Conjunto A,
Asa Sul
Brasília/DF

Os encontros anuais da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) têm promovido, ao longo do tempo, um importante intercâmbio técnico entre os profissionais do setor com relevantes debates para a conjuntura nacional, palestras e apresentação de trabalhos.

O XIX Encontro da Anipes, que acontece em Brasília neste mês de agosto, é organizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) e traz o tema "A Pesquisa como Subsídio ao Planejamento". Até o fechamento desta edição, já havia cerca de 500 inscritos para o evento.

São três dias de atividades: 2 Workshops, 5 cursos, 2 conferências, 4 mesas redondas, 10 sessões temáticas e a Assembleia Geral (ver página 43).

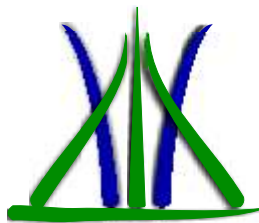
A conferência inaugural, "Do Diagnóstico aos Resultados: os Desafios do Planejamento e a Implementação e Monitoramento das Políticas Públicas", traz dois especialistas de renome: Eduardo Ortiz, diretor do Relatório de Desenvolvimento

Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Márcio Pochmann da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Entre os palestrantes internacionais estará também Boris Utria, coordenador geral de Operações do Banco Mundial. Utria participa, ao lado de Paulo Jannuzzi, secretário da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da mesa redonda sobre "Avaliação de Políticas Públicas: quando e como realizar".

Outros nomes se destacam no Encontro: Wasmália Bivar, presidente do IBGE; Fernando Abrucco da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Maristela Baioni, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Mia Harbitz, líder em gerência de Identidade e Registros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O SEBRAE Nacional, sede do XIX Encontro, participa da programação com o curso "Empreendedorismo", ministrado pelo consultor Roberto Rocha.



Encontro Nacional e I Encontro Internacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística

13 a 15 de agosto de 2014

Eventos programados

WORKSHOP

1. Estimativas e Projeções Populacionais
2. Critérios para uma Nova Regionalização do Brasil

CURSOS

1. Imputação de Dados em Pesquisa de Amostragem
2. Pnad Contínua - Uma Nova Metodologia
3. Infraestrutura de Dados Espaciais
4. Cadastro Único de Programas Sociais: uso na gestão, monitoramento e avaliação de programas sociais
5. Empreendedorismo

CONFERÊNCIAS

1. Do Diagnóstico aos Resultados: os Desafios do Planejamento e a Implementação e Monitoramento das Políticas Públicas
2. Cooperação Intragovernamental: a Interação entre as IPEs e os Gestores Públicos

MESAS REDONDAS

1. Avaliação de Políticas Públicas: quando e como Realizar
2. Gestão da Informação no Setor Público
3. A Interação entre Estados e Municípios para a Realização de Pesquisas Socioeconômicas
4. Indicadores Sociais: Experiências e Resultados

SESSÕES TEMÁTICAS

1. Desenvolvimento Econômico e Social e Participação Democrática
2. Desigualdade e Território
3. Saúde, Habitação e Qualidade de Vida
4. Sustentabilidade Ambiental e Políticas Públicas
5. Aglomerações Produtivas, APLs e Desenvolvimento Regional
6. Migração e Dinâmica Populacional
7. Educação, Trabalho e Renda
8. Informação e Novas Tecnologias

COMISSÕES

1. Regionalização
2. Demografia
3. Cartografia
4. Indicadores de Desenvolvimento Municipal
5. Contas Regionais

Realização



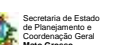
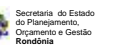
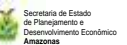
Patrocínio



Apoio Institucional



Associados





SEBRAE [^]VOCÊ

mais perto de

QUANDO O SEBRAE ESTÁ MAIS PERTO, SUA EMPRESA VAI MAIS LONGE

O Programa Sebrae Mais Perto de Você estará na sua cidade neste segundo semestre. São palestras, oficinas e cursos gratuitos, além de orientações e oportunidades para quem vai abrir uma empresa ou para quem precisa crescer. Participe!

Locais de atendimento: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Guará, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, São Sebastião, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires

PROGRAMAÇÃO GRATUITA.

INSCRIÇÕES e mais informações no site www.df.sebrae.com.br ou pela Central de Atendimento, no 0800 570 0800

Siga Sebrae nas
Redes Sociais!



@sebraedf

Especialistas em pequenos negócios / 0800 570 0800 / www.df.sebrae.com.br